



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, pelas 20h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2023, no âmbito da faculdade prevista no artigo 77.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024.

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Quatro (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão do documento que consubstancia a estratégia local de habitação da Póvoa de Lanhoso, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aditamento ao contrato interadministrativo, celebrado com a Junta de Freguesia de Lanhoso.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Álvaro da Silva Vieira; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Pedro Vale da Silva.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sérgio Matias de Sousa Reis; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; João Carlos Oliveira; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Rita Catarina Branco Teixeira e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Maria Alice Rodrigues de Sousa.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão da Assembleia Municipal de 18 e 19 de dezembro de 2023, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Informou que a Mesa recebeu dois pedidos de voto de pesar, subscritos por todas as bancadas, pelo falecimento de Fernando José Matos Machado, e pelo falecimento de José Lopes Barroso, e concedeu a palavra ao representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, Carlos Machado, para leitura do voto de pesar pelo falecimento do senhor Fernando Machado.

Interveio o deputado Carlos Machado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelo falecimento de Fernando José Matos Machado

Foi com profunda consternação que a Póvoa de Lanhoso recebeu a triste notícia do falecimento de Fernando José Matos Machado, 85 anos de idade e natural da freguesia de Lanhoso.

Autarca laborioso e de mérito reconhecido, deixou a sua marca ao serviço da comunidade no concelho da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente na freguesia de Lanhoso, onde exerceu, eleito pelo PSD – Partido Social Democrata, os cargos de Presidente da Assembleia de Freguesia, Presidente e Secretário da Junta de Freguesia, em representação dos eleitores, trabalhando com respeito mútuo e espírito democrático em prol do bem comum. Foi, ainda, membro dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso.

Fernando José Matos Machado partiu no passado dia 31 de janeiro de 2024. Fica nas nossas memórias o exemplo de um Homem dedicado a servir a comunidade, com um bom coração, de uma educação assinalável, amigo, leal e nunca indiferente aos que com ele se cruzaram. Por tudo o que foi dito e pelo muito que ficou por dizer. Pelas qualidades políticas, humanas, sociais e pelo serviço que prestou à freguesia de Lanhoso e ao concelho da Póvoa de Lanhoso, propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024, delibere:

- 1- Aprovar o presente “voto de pesar” pelo falecimento do senhor Fernando José Matos Machado, residente na freguesia de Lanhoso, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2- Manifestar à família, principalmente à esposa, filhos/as, netos/as, genros/noras, bisnetos e amigos/as, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “voto de pesar”.*

Póvoa de Lanhoso, 23 de fevereiro de 2024.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, para ler o voto de pesar pelo falecimento de José Lopes Barroso.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pelo falecimento de José Lopes Barroso

Foi com profundo pesar e lamento que as Terras de Lanhoso receberam a triste notícia do falecimento de José Lopes Barroso, 90 anos de idade e residente da freguesia de Garfe.

José Lopes Barroso, Sr. Ramos como era mais conhecido, foi uma das figuras marcantes da sua freguesia e do nosso concelho. Autarca dedicado, foi Presidente da Junta de Freguesia de Garfe, eleito pelo PSD – Partido Social Democrata, durante vários mandatos. Exerceu o cargo em representação dos eleitores e, não obstante as diferenças, nas opiniões e nas perspetivas, trabalhou com respeito mútuo e espírito democrático em prol do bem comum,

tendo sido uma grande referência para todos quantos tiveram o privilégio de com ele trabalhar e conviver.

Homem de causas e com gosto pelo envolvimento na comunidade, José Lopes Barroso foi, ainda, membro da direção da Casa do Povo da Póvoa de Lanhoso, da Fábrica da Igreja Paroquial de Garfe e dos órgãos sociais da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

José Lopes Barroso partiu no passado dia 19 de fevereiro de 2024. Fica nas nossas memórias o exemplo de um grande ser humano dedicado à comunidade, um homem de respeito, honra e com um bom coração.

Por tudo o que foi dito e pelo muito que ficou por dizer. Pelas qualidades políticas, humanas, sociais e pelo serviço que prestou à freguesia de Garfe e ao concelho da Póvoa de Lanhoso, propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024, delibere:

- 1- Aprovar o presente “voto de pesar” pelo falecimento do senhor José Lopes Barroso, residente na freguesia de Garfe, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2- Manifestar à família, principalmente aos filhos, netos, noras/genro, amigos/as, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.*

Póvoa de Lanhoso, 23 de fevereiro de 2024.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação os votos de pesar, informou que os mesmos foram aprovados por unanimidade e cumpriu-se um minuto de silêncio. Após o minuto de silêncio, concedeu a palavra à segunda secretária, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência. Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), informou sobre a distribuição dos tempos e que estavam abertas as inscrições para os períodos seguintes, Período de Intervenção dos Presidentes de Junta, Período de Intervenção das Comissões e Período de Intervenção do Público. E concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, independentemente da sua visita à Braval no decurso desta semana e dos eventuais esclarecimentos que pretenda prestar a esta Assembleia e aos povoenses nesta matéria, gostaria de lhe colocar algumas questões.

A primeira é, senhor Presidente, como é que chegamos a este ponto? Ao ponto de a Braval ser, neste momento, não um aterro sanitário como seria desejável, e como aliás, está nos pressupostos da sua criação, mas antes um depósito de lixo a céu aberto, como se está a verificar. E de proporções gigantescas, quando comparado com a antiga lixeira em Calvos. Mesmo com todos os alertas aqui deixados pela bancada do CDS-PP, parece que algumas preocupações dos povoenses que aqui vos vamos transmitindo não são

efetivamente, levadas em consideração atempadamente, pelo que nesta matéria é nosso entendimento, continuamos somente a reagir em vez de agir.

Assim, coloco-lhe também a seguinte questão, senhor Presidente, que medidas foram já tomadas em matéria de saúde pública e de proteção civil? Será que, para além das gaivotas, teremos em breve pragas de ratos, mosquitos, ou outros animais?

Pergunto-lhe ainda, senhor Presidente, tendo em conta que o município é um dos acionistas da Braval e que o senhor Presidente preside também à Assembleia Geral da Braval, o que podemos esperar da sua ação? Vai ter voz firme para a resolução imediata deste flagelo ou terá de ser esta Assembleia ou até mesmo a população a tomar medidas?

Ainda relativamente às gaivotas, dizer que, apesar de alguma comunicação social noticiar que o aparecimento das gaivotas se deve a fenómenos migratórios, era bom que aos mesmos meios de comunicação social fosse patrocinada uma viagem pelo entardecer às instalações da Braval, e já agora, que levem os biólogos com eles para ver se ambos mudam de opinião. Agora sem ironia e porque o assunto é mesmo muito sério, gostaríamos de saber que medidas foram já tomadas pela autarquia em relação à permanência das gaivotas no centro da Vila, não só por toda a sujidade que causam, mas, sobretudo, pelo facto de poderem ser transmissoras de doenças, é que estes animais, como todos sabemos, estão a alimentar-se na nossa lixeira e como também sabemos que as lixeiras são propícias ao desenvolvimento de bactérias e outros microrganismos de alto risco para o ser humano. A questão que se coloca é a seguinte, estão a ser levadas a cabo algumas operações de desinfeção na via pública por parte do município ou mesmo pela Braval?

Como sabem, o facto de estes animais se concentrarem em grande número nas imediações da piscina municipal descoberta e na cobertura do pavilhão gimnodesportivo é motivo de preocupação adicional, porque num horizonte não muito distante, a piscina irá, presumo, entrar em funcionamento, como acontece todos os Verões com a agravante da piscina ser maioritariamente frequentada pelas nossas crianças. Por este motivo, pergunto-lhe vão proceder à instalação de algum dispositivo para afugentar as gaivotas da envolvente da piscina? Como irá ser desinfectada toda aquela área? Será que vamos conseguir garantir condições de segurança adequadas para a utilização da piscina no próximo verão?

Deixo aqui ainda a sugestão, porque não tapar-nos a piscina com lonas para tentar demover as aves de frequentarem o local. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu trago a esta sessão da Assembleia Municipal e a este período antes da ordem do dia, um assunto que preferia não ter que trazer. Um assunto que está relacionado com um pedido de informações feito à Junta de Freguesia de Lanhoso e que tinha como simples objetivo de esclarecer algumas questões relativamente a um procedimento que nos levantam algumas dúvidas e que, no cumprimento dos nossos deveres, enquanto deputados municipais, consideramos, ou considere eu, que seria importantíssimo esclarecer uma vez que, nas dúvidas que persistiam poderia ou poderá eventualmente estar em causa os interesses dos lanhosenses ou até dos povoenses em geral e digo, eventualmente, porque até à data, nada nos foi esclarecido e, portanto, continuamos sem saber se o procedimento a que farei referência nesta intervenção está ou não a incorrer de alguma irregularidade.

Portanto, sendo um assunto que preferia efetivamente não trazer a esta Assembleia, é meu dever fazer tudo o que está ao meu alcance para procurar respostas sempre que considerar que algo que pode pôr em causa os interesses, quer dos povoenses, quer da autarquia, não esteja devidamente esclarecido. Por outro lado, é caricato, é estranho, mas diria eu também que esclarecedor que um elemento da bancada parlamentar do Partido Social Democrata, cuja sua líder vem constantemente a este púlpito, reclamar a demora por parte do executivo no envio de documentação solicitada, tenha agora este comportamento de ignorar um pedido de informação com uma agravante, é que a senhora líder do grupo parlamentar do PSD, deputada Fátima Alves, usa muitas vezes uma narrativa que pretende levar as pessoas a pensar que a câmara não quer colaborar, quer esconder ou não quer ceder o acesso aos documentos, sabendo que isso não é verdade, a Câmara Municipal sempre se mostrou disponível a mostrar, a enviar, o quer que seja, obviamente, o tempo não é o tempo da deputada Fátima Alves, até porque, se assim fosse, o município teria que contratar dezenas de pessoas apenas para procurar separar e enviar documentação para a senhora deputada. Eu arrisco a dizer que os duzentos agentes da PJ que foram mobilizados para fazer buscas na Madeira, trouxeram menos documentação do que aquela que a senhora deputada solicita ao executivo entre uma sessão de Assembleia e a sessão seguinte e, portanto, faz esse papel de rigorosa, organizada, exigente e, neste caso, não me apercebi que tivesse o mesmo grau de rigor a exigir que o elemento da sua bancada ou da bancada que a senhora lidera fosse ágil a responder e a enviar a documentação que lhe foi solicitada. É comum usar-se o ditado à mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta, neste caso eu alteraria e diria, não basta parecer, é preciso mesmo ser.

Portanto, voltando ao assunto, no passado dia 18 de dezembro de 2023, véspera de sessão da Assembleia Municipal de dezembro, tomámos conhecimento através de uma correspondência de um munícipe enviada ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, com conhecimento de todos os líderes dos grupos parlamentares de um pedido de esclarecimento feito ao senhor Presidente da Junta de Lanhoso, na sequência de uma suposta cedência das instalações do polidesportivo localizado naquela freguesia,

a uma empresa privada de seu nome Soginfer. Depois de ler aquela correspondência, levantaram-se algumas questões que achamos que seria importante dissipar para que ninguém pudesse pôr em causa a transparência deste procedimento e decidimos então via e-mail, solicitar alguma documentação à Junta de Freguesia, que fizemos no dia 21 de dezembro, documentação essa que poderia esclarecer e provar facilmente que tudo está em conformidade, eliminar aqui qualquer eventual suspeita de promiscuidade e passo então a ler o email que foi enviado - no seguimento do email infra do qual nos foi dado conhecimento na passada segunda-feira, dia 18 de dezembro de 2023, solicitamos à Junta de Freguesia de Lanhoso, na pessoa do senhor Presidente António Machado, que, com a maior brevidade possível, preste os esclarecimentos necessários às questões apresentadas pelo munícipe - não direi aqui o nome que vocês compreendem porquê - solicito ainda, na qualidade de líder da bancada parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, para análise interna e se considerarmos necessário posterior análise em sede de Assembleia Municipal, resposta às seguintes solicitações: documentação que ateste a legalidade do procedimento de cedência do Polidesportivo da freguesia de Lanhoso à empresa Soginfer; contrato com a descrição das condições da referida cedência; contrato de cedência das instalações do polidesportivo entre a Câmara Municipal e a Junta de freguesia; contratos de fornecimento de energia e abastecimento de água, com referência aos consumos dos últimos quarenta e oito meses; descrição das atividades e o fim a que se destinam as instalações cedidas e benefícios concedidos aos lanhosenses e povoenses como contrapartida para a utilização do espaço.

Portanto, deste e-mail, dei conhecimento aos senhores líderes dos restantes grupos parlamentares, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Agradecia depois, na parte final do e-mail, a colaboração de todos para obtermos estas respostas. Portanto, não estando presente o senhor Presidente da Junta de Lanhoso, penso que estará um representante, ao qual pergunto se terá condições ou conhecimento do assunto, de forma, a que possa prestar aqui um esclarecimento inicial. Depois, reitero através da mesa desta Assembleia, o pedido dos referidos documentos à Junta de Freguesia de Lanhoso para que nos possam facultar os documentos solicitados e aproveito esta oportunidade também para questionar o senhor presidente de Câmara, sobre quem é o proprietário do polidesportivo de Lanhoso? Visto que estou em crer que o polidesportivo será propriedade da Câmara Municipal. Questiono se há algum protocolo com a Junta de Freguesia de Lanhoso ou com qualquer outra instituição pública ou privada para a utilização daquelas instalações. É tudo, por agora.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Irei começar a minha intervenção neste PAOD por ir de encontro às preocupações manifestadas pela bancada do CDS no que respeita ao assunto da Braval. Desde outubro de 2022, altura em que é trazido à discussão o alargamento do aterro sanitário da Braval, quer os vereadores, quer o grupo parlamentar do PSD, têm feito inúmeras intervenções, chamadas de atenção e diligências, atenta a importância do assunto, alertamos no devido tempo que a decisão favorável a este alargamento pelo Partido Socialista e pelo RIC, foi tomada sem que estivessem reunidas as condições necessárias para uma decisão consciente e informada. Considerando que estávamos perante uma ausência de estudo de impacto ambiental que havia sido considerado essencial, não só pelos vereadores e pelo grupo parlamentar do PSD, mas também pelos serviços técnicos do município. Acresce reiterar que, indo contra a proposta dos serviços técnicos do município, o senhor Presidente de Câmara também não quis lançar mão de um instrumento eficaz para a ponderação dos impactos ambientais numa fase preliminar do processo de tomada de decisão. Infelizmente, a prova desta irresponsabilidade está percetível a cada um de nós. Recordem-se que um dos argumentos para não ser promovido o estudo de impacto ambiental assentou no facto de ser um procedimento bastante demorado e tendo em consideração que já em 2022, a capacidade do aterro estaria a esgotar, este procedimento tão demorado poderia pôr em causa a execução do alargamento nos tempos necessários. Certo é que este assunto veio pela primeira vez, a deliberação nesta Assembleia Municipal em abril de 2023. A este propósito e decorrido todo este tempo, vamos a factos. Em outubro e dezembro de 2023, na Ribeira de Reamondes verificaram-se sinais de poluição muito acentuada com cheiros nauseabundos, espuma e cor bastante escura, aparentemente proveniente das lagoas de lixiviados da Braval, inclusivamente participadas pela Junta de Freguesia de Lanhoso à Câmara Municipal, a construção dos dois novos alvéolos que consubstanciaram o pedido de reconhecimento do interesse público do alargamento do aterro sanitário da Braval ainda não tiveram início, apesar de ser muito urgente a sua construção, urgência esta que não permitiu sequer que fosse elaborado um estudo de impacte ambiental.

Justifica-se ainda assinalar o mais importante, a qualidade de vida da nossa população que está a ser a cada dia prejudicada pelo modo de funcionamento do aterro sanitário. Será que, volvidos mais de 25 anos, desde que o senhor secretário de Estado adjunto do Ministro do Ambiente, à data engenheiro José Sócrates, assinou o contrato de concessão, iremos agora regressar à realidade lixeira a céu aberto, como há pouco falou o deputado Pedro Afonso?

Sentimos que as legítimas queixas e denúncias da população têm caído em saco roto e a este propósito, o PSD requereu à Braval uma reunião no passado dia 30 de janeiro, mas até ao momento não obteve resposta. Acresce, ainda, referir que os vereadores do PSD na reunião de câmara realizada a 14 de fevereiro, solicitaram ao senhor Presidente que

fosse agendada, pelo executivo, uma visita à Braval e, nesse seguimento, o senhor Presidente de Câmara convidou os senhores vereadores do PSD a estarem presentes na reunião que se encontrava agendada para 20 de fevereiro, à Braval, terça-feira desta semana. Afigura-se-nos que melhor do que ninguém, os testemunhos do senhor Presidente de Câmara, do senhor Presidente da Assembleia e dos vereadores presentes e do próprio gabinete de apoio à Presidência, devem conseguir retratar a triste e preocupante realidade que lá presenciaram. Foi-nos transmitido pela vereadora do PSD, Dra. Olga Duque, presente nessa visita que o Conselho de Administração da Braval tenciona reunir e que o senhor Presidente da Câmara, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Geral da Braval, tenciona agendar uma Assembleia Geral extraordinária para obter respostas.

Com toda a franqueza, não se perspetiva que essas diligências com o Conselho de Administração e a esse ritmo produzam os devidos efeitos e resolvam a situação. Aliás, todas as respostas que foram dadas pela Braval, até ao momento, em nada acautelaram a Póvoa de Lanhoso, basta ver que se limitaram a dizer que o alargamento para Braga era mais oneroso e que um estudo de impacto ambiental, além de demorado e caro, não era obrigatório por lei.

Estamos todos nós vinculados à prossecução do interesse público. Creio que todos concordarão se disser que temos de centrar todos os esforços para resolver o problema da população de todos nós, de uma forma unida e com rapidez, temos entidades estatais que podem e devem ser acionadas, desde logo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, CCDRN que, para além de ser a entidade licenciadora, é também a entidade responsável pela fiscalização destes equipamentos, por sua vez, a CCDRN pode e deve socorrer-se da Agência Portuguesa do Ambiente, APA, da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, IGAMAOT e ainda do Serviço de Proteção de Natureza e Ambiente, SEPNA.

Junto da CCDRN tem de ser requerida uma inspeção urgente ao funcionamento do aterro sanitário da Braval, de modo a apurar quais as condições atuais do seu funcionamento e que impactos estão a ter na saúde pública da população. Como órgão deliberativo e fiscalizador, esta Assembleia tem de garantir à nossa população que o aterro cumpre todas as normas e leis em vigor e que serão minimizados os impactos inerentes ao seu funcionamento. Qual a base legal para a requerer? Primeiro, a Braval é detentora do título único ambiental, encontrando-se assim obrigada a cumprir as disposições do título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes que lhe são aplicáveis, nomeadamente desde a data da sua emissão 17 de outubro de 2022 até ao termo da sua validade 16 de outubro de 2029. Segundo nesse título único ambiental, estão previstas várias medidas e condições a cumprir pela Braval, destacando-se as seguintes: deverá ser providenciada impreterivelmente a afetação, permanência e atuação de aves de rapina, falcões, durante o período de exploração do aterro, de forma a evitar a presença de aves indesejáveis; deverá ser dada especial atenção à deposição e cobertura

dos resíduos, pelo que, imperativamente os resíduos depositados têm de ser cobertos sempre que concluída a sua deposição diária, a qual deve apresentar uma espessura média de 25 cm, de forma a reduzir a emissão de odores e poeiras e, conseqüentemente, evitar a presença de animais e aves a fim de minimizar e reduzir os efeitos negativos pelas emissões de odores; deverá ser instalada em torno da área de exploração do aterro, uma rede de desodorização, devendo anualmente e sempre que existam reclamações de odores, ser avaliada a sua eficácia e em função dos resultados, implementar as medidas mais adequadas; deverá proceder à recolha e análise das águas superficiais nos dois pontos representativos localizados na Ribeira de Reamondes; deverá ser efetuada a monitorização das águas subterrâneas nos cinco piezómetros de controlo. Estas cinco obrigações constam do título único ambiental da Braval que vigora desde 2022 até 2029. Temos, pois, presenciado ao longo dos últimos tempos, suspeição de infiltração de lixiviados nas linhas de água envolventes, odores intensos, presença de aves, pese embora estes factos, o que aparentemente está a acontecer é o seguinte. O aterro já atingiu o limite da sua capacidade. Os resíduos estão a ser depositados para além da sua capacidade, isto sem cumprir a cobertura diária com uma camada de 25 cm e por aí tornam-se uma fonte primária de alimentação das gaivotas que podem vir a ser meios de propagação de infeções. Todo este modo de funcionamento transforma-se num odor insuportável para as populações envolventes.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a lei e o nosso regimento preveem a possibilidade de serem feitas recomendações, no entanto, não está concretizada a forma da sua apresentação. Deste modo, entendemos deixar nas mãos do senhor Presidente da Assembleia o modo como deve ser apresentada e avaliada esta recomendação, nomeadamente no que respeita à possibilidade de as bancadas se associarem, se assim o entenderem no pedido desta inspeção, porque ainda acreditamos e fazemos fé que os inspetores dos institutos nacionais não ganham à comissão, apenas têm de ser rigorosos no cumprimento das funções que lhe são confiadas. Finda esta inspeção e sendo conhecidos os resultados da mesma, sugere-se ainda uma audição parlamentar para delinear os passos seguintes. Deixamos, pois, à consideração do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que convocaria uma conferência de líderes para deliberar sobre a forma de proceder em relação à recomendação sobre o funcionamento da Braval. E concedeu a palavra ao representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, Carlos Machado.

Interveio o deputado Carlos Machado, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Filipe Silva, o senhor Presidente da Junta, não está cá, mas a junta de freguesia de Lanhoso está aqui muito bem representada, e estou aqui para defender os interesses dos lanhosenses, não é os meus nem é os vossos.

Em outubro, ou setembro, o senhor Fernando Miguel, se me recorda o nome, se é esse o nome dele, apresentou-se em Lanhoso numa Assembleia de Freguesia e fez umas questões à Assembleia de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Luís Amaro já lhe respondeu, a Junta de Freguesia já lhe respondeu e é a ele que nós temos que dar esclarecimentos. No entanto, a Junta de Freguesia sobre esse assunto, em maio de 2023, solicita à Câmara Municipal esclarecimentos sobre a documentação do ringue de Lanhoso. Não existe nenhuma documentação na junta como aquilo ou é da junta ou é da Câmara. Até hoje não recebemos nenhuma resposta, porque é a primeira pergunta que está na carta, só depois de termos essa resposta da primeira pergunta, podemos responder às outras todas, no dia 20 de dezembro, os serviços da Câmara Municipal enviaram um e-mail para a Junta de Freguesia com a mesma carta apenas retiraram-lhe a primeira pergunta, não sabemos porquê, e deram prazo útil de um dia para darmos as respostas, a nós não nos responderam, mas estão preocupados para nós respondermos ao senhor Miguel.

O contrato que a junta fez com a empresa Soginfer foi na medida em que o ringue estava todo sujo, impróprio para as crianças irem para lá brincarem e com o contrato que nós fizemos a empresa responsabilizou-se por todos os serviços e obras, sem custo nenhum para a junta de freguesia, a defesa da nossa freguesia é ter as coisas limpas e acessíveis para toda a gente, e mais, neste momento, a empresa está lá, paga todas as despesas, tem a casa de banho aberta para quem quiser. Até aqui aquilo era impossível andar naquele ringue, enquanto a Câmara Municipal não nos responder aquilo que nós solicitamos, não temos mais esclarecimentos a dar.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, responder à questão que me parece mais rápida e mais simples que é a questão colocada pela bancada do Partido Socialista que foi aqui parece-me parcialmente respondida pelo senhor representante da Junta de Freguesia de Lanhoso.

Parece-me evidente que o polidesportivo é pertença da Câmara Municipal, porque sempre foi pertença da Câmara Municipal, portanto, a propriedade não está em causa nem é discutida, segundo me parece, nesta questão o que está em causa é se existe ou não algum protocolo neste mandato ou em anteriores mandatos, estabelecido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e, de facto, esse protocolo não existe, portanto, esta é a informação que eu posso prestar a este respeito.

Relativamente à questão relacionada com a Braval, eu queria começar por dizer o seguinte, a forma com os senhores deputados formulam as questões quando são sugestivos, essas questões são mais compreendidas, quando são insinuativos, digamos assim, dá a sensação que a Câmara Municipal não fez nada, ou que a Câmara Municipal durante este período não se preocupou com este tema ou que a Câmara Municipal, por exemplo, na reunião de câmara que tivemos, descentralizada na junta de Freguesia de Verim, não aprovou já uma recomendação por unanimidade, que foi enviada à Braval nesse mesmo dia até, e que a Câmara Municipal não tomou já uma série de diligências via vereador Paulo Gago, que é responsável por esta área, que inúmeras vezes por email, por telefone, fizeram o necessário para que estivéssemos, por um lado, informados, por outro lado, acompanhando a situação para perceber aquilo que iria acontecer, o que culminou já agora numa visita que, apesar da recomendação dos senhores vereadores do PSD na última reunião de câmara, estava de facto agendada e eu tive o cuidado de convidar os senhores vereadores do PSD. Já agora vou abrir aqui um parênteses, coisa que no passado nunca aconteceu, fechar parênteses. Eu tive o cuidado de convidar os senhores vereadores do PSD para acompanharem esta visita à Braval, e tivemos inclusive o cuidado, já agora, de alterar essa visita dia 20 de manhã para dia 20 de tarde, para que os senhores vereadores, muito bem representados, pela Dra. Olga Duque, nos pudessem acompanhar.

Portanto, do ponto de vista da preocupação e da forma como se tratam os assuntos, penso que estamos esclarecidos, objetivamente, aquilo que está a acontecer na Braval é, de facto, consequência do facto de nós termos no passado mês de abril, aprovado uma proposta, é parcialmente consequência de termos aprovado uma proposta que não teve consequência imediata. Isto porquê? Porque se bem se recordam, nós tivemos que voltar a aprovar em Assembleia Municipal uma minuta diferente daquela que a própria Braval nos tinha enviado e, portanto, isso significou de certa forma, alguma perda de tempo. Já agora, eu queria recordar que, numa das sessões de esclarecimento que aqui tivemos, o próprio representante da Braval que, supostamente neste mandato e nos mandatos anteriores, representava o município da Póvoa de Lanhoso, neste mandato parece que passou a representar os municípios de pequena dimensão, houve aí uma adaptação no critério ou na forma como é explicado, mas o representante então dos municípios mais pequenos, numa sessão de esclarecimento nesta mesma sala, disse aos senhores deputados que aqui estiveram presentes que se não fosse aprovada essa proposta no mês de abril, que isso prejudicaria o efeito que poderia ter até final do ano, no sentido de termos o prazo necessário, da Braval ter o prazo necessário de criar as condições para que os alvéolos tivessem executados em tempo útil, portanto, recordam-se certamente os que estiveram cá, recordam-se desse comentário em particular, o que é facto é que este processo, e já agora quero fazer aqui um esclarecimento, principalmente para quem nos ouve lá em casa, é que a forma como falamos da Braval quase parece que a Braval e a Câmara Municipal é tudo a mesma entidade, não é, que fique muito claro. A Braval é

comparticipada pelos municípios e por privados e a Câmara Municipal tem uma posição desde o primeiro momento na Assembleia Geral, digamos assim, de acionistas da Braval e presido desde sempre à Assembleia Geral da Braval, isto é importante para aquilo que eu vou explicar a seguir. Portanto, não há ninguém que tenha maior preocupação em relação às questões relacionadas com o funcionamento do aterro, com as potenciais consequências da presença de gaivotas que é chamada, o nosso veterinário chama-lhe uma espécie oportunista, é esse o termo, chama-lhe uma espécie oportunista, e porquê? Porque as gaivotas, de facto, deslocam-se desta forma pelo território, e procuram alimento onde ele existe, ao longo dos anos, há quem tenha defendido até que o facto de a Braval numa fase inicial, não ter tido este tipo de repercussões que possa ter estado relacionado também com a pouca quantidade de depósito em aterro, sendo certo que, nessa fase, a quantidade de depósito em aterro é de diferente gestão, imagino eu, porque não é a minha área, mas é fácil de percebermos que menos quantidade de depósito tem uma gestão diferente e com o passar do tempo aumenta essa quantidade de depósito, pode potenciar este tipo de risco, mas também todos nos recordamos, certamente, e eu não sou especialista na área, repito que nenhum de nós pode assegurar que a presença de gaivotas no concelho da Póvoa de Lanhoso não está diretamente unicamente relacionada com este facto, porque bem antes de existir um aterro sanitário na Póvoa de Lanhoso, existiu uma lixeira a céu aberto. Do outro lado, noutra encosta da Vila, não é? E nesse tempo, nunca tivemos gaivotas na Póvoa de Lanhoso, se houver alguém nesta Assembleia Municipal que possa perentoriamente afirmar que a presença de gaivotas está efetivamente exclusivamente relacionada com este facto, então que venha aqui defendê-lo e que explique até do ponto de vista técnico e científico, porque eu não consigo assegurar isso. Mas a minha preocupação não é essa a minha preocupação é o que é que nós podemos ou devemos fazer para lidar com este problema? Isso sim, procurarmos a solução.

Bom, nós tivemos, de facto, esta semana uma visita, ao Ecoparque Braval em que tivemos oportunidade de falar com o Dr. Pedro Machado que nos prestou uma série de esclarecimentos. Eu diria que alguns mais satisfatórios do que outros e, portanto, focando naqueles que são menos satisfatórios, a minha posição enquanto Presidente de Câmara e enquanto Presidente da Assembleia Geral da Braval foi exigir, e há várias testemunhas disso inclusive a Dra. Olga Duque, se esse testemunho for mais credível para alguns deputados municipais, exigir que seja agendada uma Assembleia Geral extraordinária, se for necessário extraordinária, se for necessário para que seja discutido em reunião de Assembleia Geral, medidas excecionais para aquilo que parece ser uma situação excecional, porque, de facto, nunca aconteceu, portanto, se estamos a atravessar uma fase, um período em que temos um problema que nunca existiu na Póvoa de Lanhoso, devemos pensar em medidas excecionais, nomeadamente, os inibidores de odores que existem na Braval desde sempre que eram usados, pelo que me é dado a entender, ciclicamente, até mesmo na visita que fizemos, tivemos oportunidade

de circular por determinado percurso que à ida estava em funcionamento e no regresso já não estava em funcionamento, uma dessas turbinas, aquilo é uma turbina mesmo que vai projetando uma espécie de desodorizante no ar, não é? Na nossa opinião, e na minha opinião, devem ser tomadas medidas excecionais que ajudem a atenuar esse problema em concreto, até que esteja resolvido o processo do ponto de vista administrativo. E que processo é esse? Esse processo diz respeito aos documentos e, portanto, ao procedimento que já seguiu para a CCDRN e que está nas mãos da CCDRN que ou dará provimento à solicitação da Braval de manter a licença que está neste momento em vigor e que permitirá a deslocalização que os órgãos municipais autárquicos da Póvoa de Lanhoso já aprovaram em tempo útil ou então, se não for o caso, tem que ser emitida nova licença. E se houver lugar a nova licença, então aí terá de haver, de facto, lugar, a uma avaliação de impacto ambiental e a todas as outras avaliações que possam decorrer de um novo licenciamento, portanto, em bom rigor, é disto que estamos a falar. A Câmara Municipal, tem o poder diretamente de resolver uma questão destas, é evidente que não tem, aquilo que a Câmara Municipal tem, e tem mesmo, é o dever de acompanhar de muito perto aquilo que pode ser feito para que o processo seja tão célere quanto possível. Daí a minha solicitação já do agendamento de uma Assembleia Geral, apesar de me ter sido sugerido que irá existir uma assembleia ordinária entre março e abril, mas aquilo que eu respondi nesse momento foi, isso não é satisfatório, portanto, nós queremos uma Assembleia Geral antes dessa assembleia ordinária para discutirmos este problema em concreto, o tema das gaivotas.

Bom, sendo um problema novo para nós e surpreendente, até, porque nunca nenhum de nós se habituou a ter este tipo de aves na Póvoa de Lanhoso e, portanto, aquilo que, à primeira vista, parece até engraçado, perde a graça ao fim de pouco tempo e perdeu a graça rapidamente aquilo que nós já fizemos, já tivemos uma reunião, o senhor vereador já teve uma reunião com uma empresa que é precisamente especializada no combate a este tipo de pragas, nomeadamente através do uso de aves de rapina que os métodos para afugentar, por exemplo, no aeroporto do Porto, no Mercado Abastecedor, na Câmara Municipal de Castelo Branco, no combate, por exemplo, aos pombos e a outro tipo de aves e, portanto, estamos a estudar medidas e queremos tomar uma decisão rapidamente para que tenhamos uma solução destas em vigor, porque, de facto, as soluções para resolver e para combater este tipo de pragas já existem, nós nunca precisamos foi de as utilizar aqui na Póvoa de Lanhoso, por isso, estamos a avaliar e a quantificar os custos que possa ter para implementar esse tipo de medidas e, portanto, penso ter respondido às questões que colocaram, mas se tiverem mais alguma dúvida sobre esta matéria, eu estou disponível para responder. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à Braval e não obstante os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, reiteramos a recomendação emanada, ou seja, deixar à consideração de todos os membros da Assembleia Municipal ser decretada ou não uma inspeção urgente à Braval.

Segundo, portanto, tenho pouco tempo, poupo-me este ataque político disfarçado, apesar de não me ter sido concedido tempo para a defesa da honra, acho que todos nós já percebemos o que está aqui a acontecer. Foram muitas as cartas que enviei para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia a denunciar o que se estava a passar na Urbanização Bela Vista, nomeadamente o facto de as condições de saúde e de segurança públicas estarem a ser negligenciadas. Cartas estas que se reportam incessantemente a 2018 e 2019, sabe daquilo que eu falo, quem conhece a infraestrutura. Sim, porque tenho dúvidas que a maioria de vocês conheça. Existe há mais de vinte anos. O ringue está sediado na Organização Bela Vista, que deverá ser a maior ou uma das maiores operações de loteamento para fins habitacionais do concelho, aprovada em 1998, e na qual, a empresa que eu represento é a proprietária que detém a maior área de construção. O facto de ser uma urbanização muito grande fez com que algumas dessas áreas ficassem mais sujeitas ao vandalismo e à criação de guetos, porque as construções tardavam em surgir. É manifesto que tudo isto transtornava os moradores, punha em causa a segurança e a reputação dessa urbanização que tinha tudo para ter muito sucesso. A Câmara Municipal, nessa altura, nada fez, mas a Junta de Freguesia de Lanhoso e o seu executivo não foram alheios a essa realidade, assim, com base neste problema que era do conhecimento geral, incluindo da Câmara Municipal e da GNR e tendo em consideração que pretendíamos alavancar várias construções habitacionais nessa urbanização, diga-se, contratando mão-de-obra local, diga-se, contratando fornecedores e subempreiteiros, também eles locais, surge então esta parceria. Nós, uma empresa privada, ajudaríamos na melhoria daquele espaço e utilizaríamos uma pequena parte da área do ringue desportivo. Diga-se que as condições que este equipamento apresentava à data eram péssimas. A este propósito, acresce referir que o contador de energia havia sido desativado há vários anos pela Junta de Freguesia e não havia sequer condições para instalar o contador de água. Certo é dizer-se que se fez uma intervenção profunda, totalmente quantificada e documentada.

Justifica-se ainda assinalar que essa pequena parte apenas começou a ser utilizada após as intervenções de limpeza, reparação, inclusive a reconstrução de um muro que foi necessário. Para além desses investimentos, todas as faturas de energia e água são liquidadas pela empresa. É manifesto que havia um problema, pelo que o pensamento imediato foi a resolução desse problema, fazer com que essas áreas deixassem de ser um gueto para assaltos e vandalismo e transparecessem segurança e harmonia. Assim, creio que concordarão comigo que os legítimos interesses da população tenham sido

acautelados. Por isso, quando se questiona qual a compensação que, eventualmente, os povoenses sentiram pela falta de utilização daquele espaço, só se fosse dos povoenses que utilizavam o espaço para fins indevidos, porque viram realmente limitada a sua utilização, porque os restantes que utilizam para brincar e conviver, encontram hoje um local com um grau de asseio muito diferente daquele que existia, ademais, a gestão patrimonial na defesa do interesse público exige uma clara otimização dos recursos que são escassos por natureza e, por isso, muitas autarquias têm necessidade de regulamentar através da definição de critérios para a gestão do seu património do domínio público e privado, se queremos pôr termo a que estas situações sejam tratadas de forma individual e independente, já que este problema de manutenção de equipamentos transversal a todo o concelho, fica a sugestão para que se comece a preparar um regulamento do património, até porque a operacionalização da estratégia local de habitação vai torná-lo sensivelmente imprescindível.

Entrando agora noutro assunto, e porque o tempo é escasso, hoje ao final da manhã a agência Lusa noticiou que a nova Via Circular da Póvoa de Lanhoso acarreta significativos impactos negativos no ambiente. Conclusão proferida pela Agência Portuguesa do Ambiente que irá sujeitar este projeto a uma avaliação de impacto ambiental para aferir recursos hídricos, uso do solo, sistemas ecológicos e agrícolas, ordenamento do território e até o próprio património. Acrescenta ainda a notícia que a documentação apresentada pelo município não evidencia a não existência de alternativas ao traçado que evitem a afetação de algumas áreas sensíveis, sendo este um aspeto fundamental, damos conta, que a autarquia, perante esta notícia, terá respondido à agência Lusa que está a analisar o relatório que é muito técnico e que irá remeter posição na próxima semana. Face a esta notícia, é impossível não virem à memória as questões que lançamos ao executivo nesta matéria e que já convergiam neste sentido.

Aqui chegados e em função do debate da Braval, as conclusões assemelham-se um pouco a esta situação. Vamos a factos, na sessão de esclarecimento que decorreu em janeiro de 2023, na Junta de Freguesia de Lanhoso, que é a freguesia mais afetada pela passagem da Via Circular, ficamos a saber que o traçado havia sido desenvolvido durante a fase de campanha do Dr. Frederico Castro por um gabinete de apoio à campanha, tendo esse traçado sido uma escolha claramente política que mereceu a aceitação das Infraestruturas de Portugal. Até ao momento, não se conhece qual o gabinete de apoio a campanhas que é tão competente e dotado de tanta capacidade técnica e científica que permitiu definir esse traçado a 6 de fevereiro de 2023. O nosso grupo parlamentar endereçou à Assembleia Municipal email, a solicitar documentação através do qual pretendia conhecer as alternativas de traçado que foram ponderadas e vertidas no estudo de viabilidade que permitiu concluir que o traçado do Partido Socialista como bandeira da sua campanha eleitoral era a solução mais viável em termos técnicos e económicos para a Póvoa de Lanhoso, decorrido um ano, muitas insistências,

o executivo não tem documentação para apresentar nesse propósito, referir ainda que o chefe de gabinete de apoio à Presidência no passado dia 26 de janeiro, vem dizer conforme já informado, o perfil do traçado inicial foi definido em reuniões informais com os técnicos do IP e com o município, ficamos realmente na dúvida, reuniões informais, técnicos do município e do IP a trabalhar por um traçado que não era mais do que uma bandeira de uma campanha eleitoral. Algo não bate certo aqui, em que ficamos, gabinete de apoio à campanha ou reuniões informais entre técnicos do IP e do município?

Quiçá fosse adequado ser promovida uma auditoria a todo este processo. Relembrando esta sessão de esclarecimento que decorreu em Lanhoso há sensivelmente um ano, foram abordados vários aspetos, nomeadamente ambientais, topografia do terreno com declive acentuado da via, características geológicas dos solos, pois é uma zona extremamente rochosa, zonas húmidas e sombrias, leitos de cheias, solos de grande aptidão agrícola, pontos de grande interesse, como o Penedo de Pena Província e o traçado da Via Romana, nada disto é novo, o atual executivo conhecia esta realidade.

Na última Assembleia demos nota que já se gastaram mais de trezentos e vinte cinco mil euros em estudos e projetos para a Via Circular Urbana, em que o município assumiu por sua conta e risco o projeto de execução desta via e que o mesmo estava sujeito à aprovação prévia e vinculativa do IP.

Senhor Presidente da Câmara, os povoenses aguardam pelo seu esclarecimento. Nada disto é novo, tudo isto já era do senso comum e, neste momento, só foi vertido num relatório técnico que foi noticiado, nada mais do que isto. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de mais começar por dizer à senhora deputada Fátima Alves, que ela normalmente é tão segura de si e hoje está a permitir que as emoções tomem conta da razão e não é preciso, senhora deputada, tenha calma, até porque eu já lhe respondi uma vez a um email e vou reiterar hoje aquilo que lhe disse no email, em momento algum, eu lhe fiz qualquer questão que seja, eu fiz uma questão à junta de Freguesia de Lanhoso e dei-lhe conhecimento enquanto líder da bancada do Partido Social Democrata, mas hoje não tenho tempo para isso, mas a senhora diz ou alega que poderei eventualmente estar a misturar coisas pessoais com a política. Mas eu na próxima assembleia, vou-lhe mostrar o que é misturar assuntos pessoais com política e aconteceu no último mandato, hoje não quero perder muito tempo com isso. Mas a senhora estava cá, e estava aí a regozijar-se toda nessa primeira fila.

Senhor deputado Carlos Machado, antes de mais, obviamente que a Junta de Freguesia de Lanhoso está representada e bem representada, e eu espero que o senhor não tenha depreendido das minhas palavras que eu tenha sugerido que a junta estaria mal representada, nada disso, aliás, a Junta de Freguesia de Lanhoso está bem representada, como estão todas as juntas muito bem representadas. Depois dizer-lhe que incorre na sua intervenção de um erro, provavelmente um erro de forma que é compreensível, mas não posso deixar de lhe dizer que, na qualidade de representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, o senhor, ao contrário do que diz, não tem apenas o dever de responder ao munícipe que endereçou as questões à Junta de freguesia, o senhor, ou para ser mais rigoroso, a junta de freguesia tem o dever de responder ao munícipe e a todos quantos lhe solicitarem que faculte determinada documentação relativa a processos que envolve uma junta de freguesia, portanto, é sua obrigação ceder a documentação que lhe solicito hoje vi a mesa da Assembleia, mas caso continue a recusar-se responder, poderemos sempre recorrer a outros organismos como a CADA, por exemplo, para que essa documentação nos seja remetida, até porque não sei se terá conhecimento, mas eu, enquanto deputado municipal fui eleito com o voto de milhares de povoenses, incluindo também lanhosenses que depositaram em mim a confiança para os representar nesta Assembleia Municipal, portanto, quando diz que não tem obrigação de me responder, está a negar resposta a milhares de povoenses, o que depreendo de toda a explicação que o senhor me deu é que o senhor afirma que não sabe de quem é o polidesportivo, mas assumo efetivamente que efetuaram um contrato com uma empresa privada.

Depois a intervenção da senhora deputada Fátima Alves, mais uma vez, penso que está a confundir as questões, até porque eu estou profundamente convicto e certo que jamais o senhor Presidente da Junta de Lanhoso, jamais permitiria que houvesse aqui alguma ilegalidade, assim como estou profundamente certo também e convicto de que a direção da referida empresa jamais permitiria que houvesse aqui alguma ilegalidade, e por estar certo de que não há nenhum problema, a senhora falou até de quem é que suporta as despesas de água e luz, solicito também através da mesa da Assembleia que nos faça chegar, que faça chegar à Câmara Municipal um pedido de um relatório com os metros cúbicos de água, gastos pelo polidesportivo de Lanhoso desde novembro de 2018 até outubro de 2021. Peço que este relatório seja feito com a descrição mensal dos metros cúbicos gastos e reafirmo que, faço este pedido, apenas para tornar claro e evidente a minha crença de que tudo foi feito com o maior respeito, cumprindo todas as regras, todas as leis e salvaguardando os interesses da Junta de freguesia, dos lanhosenses, dos povoenses e também no município. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Após ouvir as intervenções dos deputados municipais sobre utilização legítima ou ilegítima do espaço do polidesportivo por parte da empresa Soginfer, que tem como sócia gerente e deputada municipal, Fátima Alves, sou obrigado a fazer as seguintes considerações, a deputada Fátima Alves faz questão de se assumir como uma pessoa rigorosa, e implacável nos pormenores. A deputada Fátima Alves faz questão de a qualquer questão que a vise diretamente tratar de tentar condicionar quem intervém nos diferentes fóruns para tentar condicionar, para tentar oprimir, sempre numa lógica de pensamento de ser forte com quem é fraco, a deputada Fátima Alves utiliza essa mesma estratégia nesta Assembleia Municipal e não me parece que, neste espaço todas e todos somos livres todas e todos pensamos pela nossa cabeça, pelo menos os deputados da bancada do Partido Socialista que não têm qualquer adesão a essa estratégia.

Por fim, dizer que, pese embora todo esse suposto rigor, toda essa suposta minúcia, verificamos que a senhora deputada, que é gerente de uma empresa desde 2019 e, por vezes, isso não é possível, dissociar os dois papéis em que intervém, utiliza um espaço público sem a devida autorização do proprietário e isso configura claramente um comportamento muito grave, nem sei se passível de ser crime e configura moralmente um claro benefício de utilização de património público a favor de si própria, a favor da sua empresa e, por isso, é-lhe exigido por parte desta bancada e certamente por todos os povoenses um pedido de desculpa e a retirada de consequências políticas do ato em si.

A deputada líder da bancada do PSD nesta Assembleia Municipal deve considerar se tem ou não condições morais para manter a representação do PSD nesta liderança da bancada do PSD na Assembleia Municipal, mais digo que fico perplexo quando temos conhecimento destes dados e acho que a procissão ainda vai no adro e ainda recentemente, a senhora deputada mostrava-se escandalizada por eu ter manifestado que a senhora era incoerente e demagoga quando se queixava de um suposto valor atribuído, um valor metro quadrado atribuído a um terreno aqui discutido em Assembleia Municipal. O terreno único e específico que o município se dispunha a pagar para um investimento público importantíssimo para este nosso concelho, e já agora, e já sei que vai voltar a rasgar as vestes e dizer que é muito séria, muito rigorosa e muito qualquer coisa, que sirva para manter uma imagem que cabe a cada um interpretar e decifrar.

Caros deputados, caros povoenses, a outro propósito, verificamos que há aqui falta de diálogo entre eleitos do PSD local. Vejamos, a deputada Fátima Alves vem fazer uma intervenção em que coloca em causa até a seriedade deste executivo municipal com a preocupação que tem ou não tem em relação a uma problemática que nos afeta a todos nós, não afeta somente a bancada do Partido Social Democrata, que se trata da Braval,

mas repare-se, depois constatamos que a vereadora, por exemplo, a vereadora Olga Duque acompanhou e testemunhou parte das démarches efetuadas junto da Braval, mas a deputada, Fátima Alves, pelos vistos, nada sabe. Ou ainda o que dizer, em relação ao deputado municipal do PSD, Luís Amaro da Costa, que cumulativamente é administrador da Braval, pese embora todas as dúvidas existentes por parte da bancada do Partido Social Democrata, e da nossa também, e do próprio executivo municipal, que aqui humildemente reconheceu que tem dúvidas sobre questões de pormenor, questões técnicas que, naturalmente, não tem que dominar. E que estando ele em representação da Póvoa de Lanhoso no conselho de Administração eleito pela vossa bancada do Partido Social Democrata, que devia estar aqui a defender os interesses dos povoenses, a esclarecer os povoenses e esclarecer as bancadas. O que é que acontece? Não marca presença, não marca novamente presença e podemos ainda dizer que, provavelmente não marca presença neste fórum, como não marca presença nas vossas reuniões para vos prestar os devidos esclarecimentos, porque tanto quanto percebemos, as vossas dúvidas são legítimas, mas estando alguém mandatado para representar os interesses da Póvoa de Lanhoso e que foi eleito pelo Partido Social Democrata, naturalmente que vocês deviam ser os primeiros, não devia ser assim, mas deviam ser os primeiros a terem a informação detalhada sobre todas as questões que preocupam os povoenses e isso não acontece. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, eu queria começar por fazer um comentário sobre o tema do polidesportivo de Lanhoso, porque, de facto, sem fazer nenhuma consideração jurídica, porque isso cabe aos juristas e cabe a quem terá de analisar esse processo, mas há uma reflexão que me assalta, não é a interpretação que faço e as conclusões que retiro do que disse a deputada Fátima Alves sobre o estado do polidesportivo à época, é que, de facto, a Câmara Municipal à época não fez o que lhe competia para que o polidesportivo estivesse em boas condições, portanto, politicamente, estamos perante o reconhecimento, eu depois não vou fazer nenhum juízo sobre a ação que daí adveio e as consequências, isso não me diz respeito, mas politicamente estamos perante o reconhecimento de que a ação que foi levada a cabo, foi levada a cabo, porque o polidesportivo estava em péssimas condições, portanto, isso também tem uma leitura e uma interpretação política.

Sobre a notícia da Lusa que refere e que é de hoje mesmo, bom, em primeiro lugar, dizer que nós recebemos já desde o início do mês de fevereiro, o parecer da Associação Portuguesa de Ambiente, como vamos ter todos oportunidade de perceber, nem

acrescenta nada de muito relevante, nem acrescenta nada que seja muito preocupante para este executivo. Porquê? Primeiro ponto, ainda bem que eu disse repetidamente nestas Assembleias Municipais que, independentemente de ser ou não obrigatória a avaliação de impacte ambiental, este executivo tinha decidido avançar com uma avaliação de impacto ambiental. Estão aqui dezenas de testemunhas destas minhas declarações em mais do que uma Assembleia Municipal, primeiro aspeto. Segundo aspeto, aquilo que refere o parecer da Autoridade sobre a necessidade de, e eu vou dar aqui alguns exemplos, no respeito aos recursos hídricos, o que diz cito - referência às trinta e três novas passagens hidráulicas previstas, sendo referido que este tipo de solução de atravessamento deve ser reduzido ao estritamente necessário, devendo-se privilegiar soluções do tipo pontão viaduto. O que isto quer dizer, quer dizer, exatamente o que está descrito e que os técnicos devem, na medida do possível, otimizar as travessias, se não forem as trinta e três que sejam as possíveis e, portanto, é uma espécie de recomendação técnica. Outro aspeto, referência às escavações que consideram que, no âmbito dos recursos hídricos, estão previstos movimentos de terra significativos. Estão previstos movimentos de terras significativos de facto, como é que se faz uma obra destas sem movimentos de terras significativos? Mais um aspeto no que respeita ao uso do solo, esta também é muito interessante, referência a extensa ocupação de área agrícola fortemente afetada pela solução prevista no projeto numa zona de grande representatividade do biótopo agrícola, ocupando cerca de dez hectares de solos classificados como RAN - Reserva Agrícola Nacional. Considerando esta interferência de impacto negativo significativo, acrescenta a este respeito, que não sendo quantificado o impacto na socio-economia resultante da inutilização de solos agrícolas e no fim do conseqüente aproveitamento agrícola, ou seja, traduzindo isto, estamos a falar de cerca de dez hectares que vão deixar de ter produção agrícola com toda a relevância que tem dez hectares de produção agrícola e vão passar a ter, de facto, uma via que é estruturalmente fundamental para a Póvoa de Lanhoso e para o projeto político deste executivo. É verdade que nós não conseguimos pegar na via e transportá-la de outra forma às costas, ou de outra forma qualquer, ela tem que estar em algum lado, não é, portanto, tem que ter algum tipo de impacto, neste caso nos terrenos de potencial agrícola que deixam de ser possível de serem cultivados por serem ocupados desta forma, isto é uma evidência.

Relativamente ao ordenamento de território, referência à necessidade de projeto, refletidos pareceres das tutelas afetadas nos recursos hídricos, na reserva Ecológica nacional, na rede elétrica, porque atravessa zonas que têm travessia de linhas de muito alta tensão e linhas de alta tensão e da rede rodoviária, porque tem confluência com, respetivamente, a estrada nacional 103, a estrada nacional 205 estradas e caminhos municipais, pois, com certeza, estamos a falar de uma via que é suposto ligar estas vias, a estrada nacional 205, a estrada nacional 103 e vai, obviamente, atravessar o território

de uma freguesia que, naturalmente, tem caminhos florestais e, portanto, eu considero isto, eu não sou técnico já lá vou, mas considero isto até agora evidências.

Relativamente ao sistema ecológico, verifica-se que a área de implantação do projeto não coincide, com qualquer área sensível. Ainda assim, refere-se a necessidade de clarificar os potenciais impactos esperados na fauna e na flora, e eventualmente, apontar as medidas adequadas a aplicar com vista à redução de impactos previstos sobre as comunidades em presença, já agora uma referência importante, tudo aquilo que está aqui descrito do ponto de vista do impacto que tem ou deixa de ter ou pode ter, porque não há aqui nenhuma afirmação, há a possibilidade de ter algum impacto da forma que eu descrevi e que vou descrever de seguida, tem a ver com a interpretação que se faz da sobreposição do traçado que está aprovado com o atual PDM em vigor. Nenhum destes técnicos se deslocou à Póvoa de Lanhoso para coisa nenhuma. Estamos a falar da sobreposição do traçado ao PDM em vigor, que depreendo que pode hipoteticamente, portanto, e estamos a falar de alertas, no que respeita à qualidade do ar face à dimensão da obra, não são expectáveis numerosos veículos ou maquinaria e, portanto, não há nenhuma referência de preocupação em relação a esta intervenção propriamente dito sobre a referência dos impactos do projeto como sendo maioritariamente positivos. Sim, porque quando a APA se pronuncia, não se pronuncia, só apontando alguma coisa que possa estar errada, muitas vezes aponta coisas que estão previsivelmente bem projetadas, portanto, referencia os impactos do projeto como sendo maioritariamente positivos, tendo em consideração que, para além da melhoria das condições de segurança e de tráfico nas vias existentes, o projeto terá também reflexos na maioria da mobilidade e da qualidade de vida das populações e a redução das externalidades ambientais negativas resultantes do atual atravessamento de zonas mais urbanizadas pelo tráfico de veículos pesados.

Relativamente, eu aqui vou resumir esta parte, porque estão menos interessados certamente em dizer aquilo que eles dizem de extremamente positivo, não é? Depreendo isso da intervenção da deputada Fátima Alves. Relativamente à socio economia. Falamos de um processo potencialmente gerador de impactos que, na sua maioria, se preveem positivos com benefícios sociais e económicos, tanto na fase de construção como na fase de exploração do projeto e depois descrevem estas mais-valias para o território, para o Concelho, para a população, naturalmente, a Câmara Municipal e o executivo municipal, aquilo que fez imediatamente após ter recebido esta documentação, foi analisá-la, reunir com os técnicos, agendar uma reunião, que já aconteceu online, e outra presencial que vai acontecer na próxima semana, entre os técnicos da Agência Portuguesa de Ambiente, da Câmara Municipal e da Betar, que é a empresa responsável pela elaboração deste projeto, se quiserem fazer uma leitura exacerbada, porque quando falamos da Agência Portuguesa de Ambiente, parece que disparam os sensores todos, a Agência Portuguesa de Ambiente pronuncia-se nestes termos, faz alertas, alguns podem ser suscetíveis de ser acompanhados, outros, eventualmente, se for possível

tecnicamente e acreditamos que sim, são facilmente rebatíveis aquilo que se pretende com isto é chegar a um formato final que deixa confortável a Agência Portuguesa de Ambiente e salvaguarda os interesses do concelho da Póvoa de Lanhoso. Aliás, tudo isto já estava programado sem que a Agência Portuguesa de Ambiente se pronuncia-se sobre o que quer que seja, repito, este executivo mesmo não tendo que o fazer, sim, porque a lei, o decreto-lei número 151-B/2013 prevê que este tipo de vias só tem de apresentar e aprovar avaliação de impacto ambiental a partir de vias que tenham dez ou mais quilómetros, aquilo que se prevê é que esta via tenha menos de dez quilómetros, portanto, não está previsto na lei, em nenhum momento, existiu essa exigência. Nós sempre dissemos que queríamos fazer, portanto, não há aqui nenhum sobressalto, não há aqui nenhuma razão de preocupação, poderá haver, e eu isso não sei medir e, aliás, sempre disse nestas assembleias municipais que, no que diz respeito ao município da Póvoa de Lanhoso, o cronograma estava a ser seguido, e está a ser seguido escrupulosamente, mas poderá decorrer daqui algum tipo de atraso, que eu nem sei medir, como é evidente, porque nenhum de nós está na Agência Portuguesa de Ambiente e controla o processo que diz respeito à emissão do processo, do ponto de vista do prazo, que diz respeito à emissão da avaliação de impacto ambiental.

Sobre outra questão que colocou e que diz respeito ao estudo elaborado em período pré-eleitoral e à avaliação que foi feita posteriormente pela IP embora o diga, com tom jocoso pareceu-me, se não foi, peço desculpa, defeito meu, embora o diga, com tom jocoso, pareceu-me que haveria aqui algum tipo de censura a fazer ao trabalho e à proposta apresentada pelo Partido Socialista em período pré-eleitoral e aquilo que desenvolveu em termos de trabalho com a IP no período posterior às eleições de 2021. Não há dessintonia nenhuma, o que há é um acordo total das Infraestruturas de Portugal relativamente à proposta que foi apresentada pelo executivo depois das eleições, antes, na proposta eleitoral do Partido Socialista. Há sintonia total, não sou eu que o digo, são eles. Se a IP concorda com a nossa proposta, acho que nós não merecemos ser crucificados por isso, muito pelo contrário, isso significa que fizemos um trabalho bem feito, acompanhado por técnicos competentes e, portanto, daí não resulta também nenhuma preocupação julgo eu. É verdade que nas últimas décadas nunca chegámos a um ponto tão avançado no que diz respeito a esta necessidade e é verdade também, deixem-me dizer isto, que o próximo dia 10 de março levanta, cada um fará a sua reflexão sobre isso, mas o próximo dia 10 de março levanta aqui algumas dúvidas, eventualmente sobre o que possa ou não acontecer, dependendo do quadro político resultante do que forem as eleições legislativas, há uma coisa que podem todos registar. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso fará até ao final deste mandato autárquico tudo aquilo que lhe diz respeito. Manterá o mesmo registo e o mesmo grau de empenho em relação a este projeto. Naturalmente, colaborará com o representante das infraestruturas e do Ministério das Infraestruturas, seja ele quem for, aquilo que eu espero, enquanto Presidente de Câmara, é que a abertura e a predisposição de

cooperação a partir de 10 de março, seja a mesma que tem sido sempre desde outubro de 2021 até esta data, de cooperação total e de relação institucional irrepreensível, mais importante quem é ou não o detentor da pasta, e todos nós temos a nossa preferência, é que seja cooperativo e que não ponha outros interesses à frente dos interesses da Póvoa de Lanhoso. Eu cá estarei para fazer por isso e para me bater, continuar a bater-me pelos interesses da Póvoa de Lanhoso, independentemente de quem seja o interlocutor, podem deixar isso muito bem registado. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A minha intervenção vai ser breve e só não a faço dali da bancada, porque hoje, ao contrário do costume, não temos câmaras deste lado.

As perguntas são simples e que eu tinha colocado há bocado ao senhor Presidente e não vi respondido.

O senhor Presidente já mencionou a questão de estarem a estudar com as empresas a questão das aves de rapina como medida, eu tinha-lhe colocado a questão se estão a pensar fazer algo no imediato para cobrir a piscina como medida preventiva e como é que vão proceder à desinfeção daquele espaço, ou se estão a pensar fazer isso.

E agora surge aqui só uma dúvida na sua última apresentação e eu não percebi, honestamente, quando nos apresentou alguns trechos do parecer da APA, eu não percebi o que quis dizer quando referiu que os alertas da APA tinham sido com base no suporte do cadastro do PDM atual, ou seja, se mudarmos o PDM, não é preciso, é isso que temos que depreender? Mas isso é sempre assim a nível de gestão e ordenamento do território, como sabem. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ficamos contentes que esteja tudo em sintonia e controlado quanta à via circular o que nos tranquiliza e que é prova de que até 2025, esta via circular vai ser uma realidade, pese embora, não tínhamos ainda comprovativo que a mesma esteja vertida no plano de investimento do IP.

Senhores deputados, Pedro Silva e Filipe Silva, a manutenção de uma comunicação política livre é a base da democracia, mas não pode jamais ser utilizada em proveito próprio ou a favor de terceiro. Como bem sabem, o senhor deputado Pedro Silva,

deputado em substituição, já o fez na Assembleia de 04 de julho, portanto, reitero que devem vocacionar-se para os anseios e preocupações da nossa população será que o fazem numa tentativa desenfreada e desmedida de calar a oposição, porque ficam esvaziados de matéria, quanto às observações e recomendações que são feitas pelo grupo parlamentar do PSD? Parece-me que sim. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Responder ao deputado Pedro Afonso relativamente em primeiro lugar, à dúvida que me pareceu que tem em relação ao parecer da APA e à forma como ele é processado, ou à minha declaração sobre a sobreposição do traçado, penso que percebi bem, em relação ao PDM, portanto, a APA entende que há pontos ao longo da via e aspetos que requerem, pelo menos esclarecimento ou preocupação e solicita, portanto, pronuncia-se nesse sentido, com algumas recomendações e solicita que o município faça essa análise, mas aquilo que eu acho que, de facto, peca por defeito, é efetivamente nós estamos perante uma pronúncia de alguém que provavelmente está num gabinete qualquer em Lisboa, não é? E analisa um traçado com base num plano diretor, não está em causa se este plano diretor municipal é mais ou menos benevolente, ou se no futuro poderá, não é disso que se trata, trata-se é de tratarmos tecnicamente um assunto com este grau de importância, mas com este grau de falta de rigor, portanto, foi isso que eu quis dizer, acho que não devia, entendo que não que não deve ser emitido um documento com esta relevância, para quem lhe quiser atribuir essa relevância. Eu não estou especialmente preocupado com isso, sinceramente, mas tendo por base informação, que está à distância de um clique quando estamos a falar, por exemplo, da definição do traçado, entre outras coisas, foi acompanhada pelos técnicos da IP no local, que várias vezes se deslocaram à Póvoa de Lanhoso. Fizeram um trabalho sério e exaustivo, minucioso, assim como os técnicos da Câmara Municipal, assim como os técnicos da empresa da Betar que é responsável pelo projeto e, portanto, eu não me devo pronunciar sobre a forma como a APA deve ou não trabalhar, mas parece-me que seria exigível pelo menos o mesmo rigor e é isso que queria deixar claro.

Relativamente à possível cobertura da piscina. Sim, é uma possibilidade claro. Nós temos diariamente tratado de toda a desinfecção, tanto do espaço como de água. Diariamente, tem sido processado essa desinfecção. O senhor vereador está a acompanhar esse processo de muito perto e, portanto, não é expectável que nós cheguemos a um período de época balnear e haja ali qualquer tipo de preocupação, era o que faltava, portanto, se a pergunta bem nesse sentido, com certeza que nós faremos o necessário para que aquele espaço esteja em plenas condições quando chegarmos à época balnear,

esperando até que as aves de rapina daqui até lá façam o seu trabalho, mas vamos ver. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD, informou que não existiam pedidos de intervenção por parte dos Presidentes de Junta e passou ao período de intervenção das Comissões Permanentes. E concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Proteção Civil.

Interveio o deputado José Miranda Gomes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Venho deixar aqui uma pequena nota de que esta Comissão realizou duas reuniões no ano 2023, uma em 23 de fevereiro e a outra a 19 de abril, sendo que o relatório, embora em rigor devia ter sido apresentado nesta altura, mas, como já foi apresentado numa reunião anterior eu remeto para lá as considerações. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este relatório, eu vou fazer aqui um breve resumo, digamos assim, se não, não me chegam aos três minutos.

Relatório de atividades da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, ano de 2023.

Foram emitidos quatro pareceres sobre a atribuição dos topónimos, nas freguesias de Serzedelo, Taíde, Santo Emilião e Campos e Louredo. No que concerne a estes pareceres, estes processos de atribuição de topónimos, foi deixada à recomendação em todos os pareceres emitidos, à semelhança do que já tinha sido feito nos pareceres emitidos no decorrer do ano de 2022, que os mesmos devem ser instruídos com memória descritiva a explicar a pertinência para atribuição dos novos topónimos.

Foram também emitidos vinte e um pareceres sobre questões pontuais relativas a trânsito que eram remetidas para a Câmara Municipal e a Câmara Municipal remete para a Comissão de Trânsito, 3 para atribuição de lugar de cargas e descargas, 5 para estacionamento privativo e 6 de pessoas com deficiência em várias ruas do centro da Vila e do concelho.

Foram deixadas várias nota sobre estes pareceres, mas não vou aqui ler tudo, porque não tenho tempo vou aqui ler um parecer emitido, porque considero importante deixar aqui esta nota um parecer emitido sobre a deslocação de uma paragem de autocarro na

freguesia da Póvoa de Lanhoso, e a colocação de sete novas paragens de autocarro, nomeadamente uma em Vilela, uma em Rendufinho, duas na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, uma em Monsul, uma em Serzedelo e uma em São João de Rei, deixar a nota que estes pedidos destas novas paragens foram instruídos à Comissão, sem nós sabermos o que as juntas pensavam, no fundo e, portanto, foi feito aqui o trabalho pela Comissão de auscultar as juntas de freguesia e foi deixada a recomendação que, em futuras situações deste género auscultem primeiro as juntas de freguesia e só depois é que submetam à Comissão, não é que nos importemos de ter este contacto com as juntas de freguesia, mas ficámos munidos logo dessas informações das juntas de freguesia.

Dar nota que, realizou-se uma reunião no dia 18 de janeiro de 2023 presencial e também participámos na sessão de esclarecimento sobre a via circular urbana realizada no dia 31 de janeiro de 2024. Após termos sido convocados pela Câmara Municipal, que respondemos positivamente a esse convite. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao secretário da Comissão Permanente de Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao relatório de atividades da Comissão Permanente de Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social. No ano 2023 Reunimos duas vezes, a 19 de fevereiro de 2023, que foi a reunião para análise do pedido remetido pela senhora Vereadora da Solidariedade Social relativo ao projeto de regulamento das medidas de Apoio Social, na qual foi elaborado parecer favorável, e também dia 10 de novembro de 2023, uma reunião para análise do pedido submetido pela senhora Vereadora da Educação relativa ao projeto de revisão da Carta Educativa do Município da Póvoa de Lanhoso.

Não obstante, já relativo a este ano 2024, dia 14 de fevereiro de 2024, reunimos com a direção do Emilianos Futebol Clube, aqui numa série de auscultações aos clubes da Póvoa de Lanhoso com a anuência do Senhor Presidente, em que também vamos à posteriori desta Assembleia reunir com os restantes clubes desportivos. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que a mesa recebeu dois pedidos de intervenção por deputados eleitos em representações da Assembleia Municipal na nossa comunidade e que os mesmos receberam a concordância da mesa para intervir no tempo destinado às comissões, uma vez que o regimento não prevê outra oportunidade. E concedeu a palavra ao representante da

Póvoa de Lanhoso para o Conselho da Comunidade no Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado II – Gerês/Cabreira, o deputado José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como representante do Conselho da Comunidade, informo esta Assembleia que, no final do ano de 2023, estive com o diretor do Agrupamento Centro de Saúde já extinto, o Dr. Nuno Oliveira, na qual abordamos os seguintes temas: o SNS e as novas perspetivas, plano de melhoria contínua inseridos no PRR, na qual destaco o plano de melhoria contínua na área da saúde oral na gestão da doença, nomeadamente, hipertensão e diabetes, plano da melhoria contínua na área da diabetes.

O sistema de saúde desde a publicação da Lei de Bases, tem como pilar fundamental os cuidados de saúde primários. O sistema de saúde assenta nos cuidados primários que devem situar-se junto das comunidades. Nesse sentido e no que concerne ao concelho da Póvoa de Lanhoso enalteço aqui o trabalho de excelência desenvolvido pelos profissionais das duas unidades de saúde familiares, na qual está com maior visibilidade, e melhor seguimento dos problemas de saúde, tendo sido reportado várias vezes a existência de utentes sem médico de família. Estamos a falar, por volta dos quatrocentos utentes, nesta situação. Esta situação limita e compromete o acesso à saúde e agrava o seu estado de doença. No entanto, após reuniões entre o diretor executivo e os coordenadores das duas unidades, em que ambas concordaram em dar apoio a esses mesmos utentes de forma rotativa, não sendo o melhor para os utentes, pois continuam sem médico de família, no entanto, fica salvaguardado, no mínimo, a sua vigilância e o seu acompanhamento.

Com a criação em janeiro de 2024 das unidades locais de Saúde, é de esperar que esta situação e os planos atrás já referidos sejam efetivados mais rápido para que os utentes possam usufruir de mais e melhores serviços nos cuidados de saúde primários. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada Fátima Alves, enquanto representante da comissão consultiva no âmbito da revisão do PDM.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Fátima Elizabeth Campos Alves e Pedro Alexandre Dias Afonso, representantes da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, que integram a comissão consultiva no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso, no exercício das funções que lhe foram delegadas, usam esta faculdade para elucidar todos os Membros

desta Assembleia Municipal e, cumulativamente, alertar o executivo para o teor deste documento.

Não obstante o interesse e empenho demonstrados desde o início das nossas funções, e todas as preocupações que fomos referindo, durante o ano de 2023, não fomos chamados a intervir, pelo que não se registou atividade.

Contudo, e dada a extrema importância do tema, alertamos V. Ex.ªs para o seguinte:

- *A viabilização de um Plano Diretor Municipal, enquanto principal instrumento de gestão territorial que vigorará em período alargado de tempo, deve ser, por todos considerado um ato administrativo de extrema importância e responsabilidade. Como tal,*
 - *O PDM, conjuntamente com a via circular urbana e o parque empresarial projetados, constituem assuntos de suma importância para o concelho da Póvoa de Lanhoso, estando totalmente interligados, pelo que deverão ser analisados e revistos em simultâneo.*
 - *Assim, apelamos, a que todos os procedimentos sejam pensados e acautelados conjuntamente, dada a grande extensão de território abrangido pelo espaço canal afeto à via circular urbana e à sua área de proteção envolvente.*
 - *Entendemos, que somente após a conclusão dos estudos e projetos inerentes à concretização da via circular urbana e, subsequente quantificação dos custos envolvidos e, após existir a inequívoca certeza que a execução está garantida por acordo a celebrar entre a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e as Infraestruturas de Portugal, permitindo que a obra avance com a comparticipação de 85% do seu valor, é que se deve sujeitar o Plano Diretor Municipal a discussão pública, pois o mesmo está altamente condicionado pela existência desta infraestrutura viária.*
- *Conclui-se, dizendo, que o Plano Diretor Municipal é complementado por outros regulamentos municipais, nomeadamente o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) e o Regulamento Municipal de Taxas, no que ao Urbanismo diz respeito, pelo que todos os documentos deverão estar concertados, designadamente quanto à terminologia, de forma a suprir as atuais incongruências existentes.*

23 de fevereiro de 2024”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o período de intervenção das comissões e fez um intervalo de quinze minutos.

Após o intervalo, passou de imediato ao Período da Ordem do Dia. **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do**

n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O período em análise diz respeito a perto de três meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu nos passados dias 18 e 19 de dezembro de 2023.

Educação, serviços sociais e saúde, começando pela educação. No dia 24 de janeiro, assinalámos o dia internacional da educação com o lançamento do vídeo “Aprender a ser feliz”, neste enquadramento no âmbito da plataforma de aprendizagem mais cidadania.

No dia 10 de janeiro, foi dinamizada uma sessão de informação e esclarecimento destinada aos pais, às mães e encarregados de educação. Continuamos a disponibilizar a plataforma Hypatiamat ao primeiro ciclo e demos início à implementação do programa “Devagar se Vai ao Longe” destinado ao terceiro ano.

No âmbito da generalização do ensino da natação, demos continuidade ao projeto que envolve 191 alunos do quinto ano de escolaridade dos dois agrupamentos. No que se refere à educação para a redução do desperdício alimentar, demos continuidade à implementação do projeto “Da Quinta ao Garfo” na escola António Lopes.

A associação em diálogo em parceria com os agrupamentos de escolas, Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários está a desenvolver um projeto destinado a crianças e jovens com necessidades especiais de saúde que prevê que as mesmas possam usufruir de terapia ocupacional numa sala multissensorial e de terapia em sala Snozelen.

No que respeita à preparação das próximas candidaturas, a apresentar ao próximo quadro comunitário, ao nível da CIM do Ave estamos a analisar e avaliar os projetos que deverão integrar o plano Intermunicipal de Promoção do sucesso escolar nos dias 1 e 2 de fevereiro, o Creativity Bus esteve na Póvoa da Lanhoso. Trata-se de um projeto dinamizado pela Fundação “La Caixa” que contou com a colaboração do nosso Município.

Recebemos com satisfação a informação de que o projeto Castelo inclusivo foi selecionado para ser apresentado como exemplo de boa prática no Congresso Internacional das Cidades Educadoras que decorrerá no Brasil.

Continuam a ser disponibilizadas às crianças e jovens e suas famílias, medidas de apoio social, como é o caso das bolsas de estudo, do programa NaturaLanhoso e do programa PóvoaCresce. Quanto às bolsas de estudo, serão abrangidos 234 estudantes de ensino superior e de ensino secundário. No que se refere ao NaturaLanhoso, no dia 21 de fevereiro, entregamos estes apoios a 59 famílias, estas famílias já serão abrangidas pelo

reforço deste programa, que prevê o apoio até 150 euros para compartilhar as vacinas que não fazem parte do Plano Nacional de Vacinação.

Já no que diz respeito ao programa PóvoaCresce no ano letivo 2023/2024, deram entrada até ao momento, 24 candidaturas, todas elas elegíveis.

No que se refere à intervenção nos estabelecimentos de ensino, destacamos o desenvolvimento do projeto de execução para a “Requalificação da Escola Secundária”, bem como as abrangentes intervenções que estão a ser realizadas no Pavilhão da Escola Básica Gonçalo Sampaio.

Ao nível dos serviços sociais e da Ação Social e RSI, o serviço de Atendimento e Acompanhamento Social continua a monitorizar a medida de RSI e de âmbito social.

Temos vindo a trabalhar em articulação com os parceiros da comunidade, visando alcançar a integração social das famílias em acompanhamento social. O núcleo local de inserção continua a dar respostas, cumprindo as funções que o validam sendo um suporte para as famílias. Exemplo disso são as respostas na área da saúde mental e do apoio à parentalidade.

No período em análise também teve continuidade o projeto COPA - Cozinha com Paixão. Paralelamente, à responsabilidade inerente da delegação de competências, continuamos a responder às medidas de política social municipal. Neste âmbito destacamos a atribuição das reduções de IMI, a elementos dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e da Cruz Vermelha Portuguesa da Póvoa de Lanhoso, num valor total de 850,76€; a atribuição do apoio ao medicamento a quinze pessoas; a análise dos primeiros processos para atribuição dos apoios ao empréstimo; a análise dos processos para atribuição de apoio ao arrendamento num total de 22 processos; a redução de taxas de licenciamento para a construção a três jovens casas.

Através da Eco Loja Social, mantemos o apoio de carácter alimentar e de vestuário e calçado a cerca de 70 famílias do concelho.

No que se refere a equipamentos sociais, no dia 18 de fevereiro, participamos no lançamento da primeira pedra para a estrutura residencial para idosos, denominada ERPI nas instalações do Centro Social e Paroquial de Garfe.

No capítulo dos seniores, continuamos a trabalhar para esta população, sobretudo através dos centros de convívio, mas também das IPSS's e de outras entidades parceiras. Nesse sentido, promovemos o tradicional almoço de Natal e Festa de Carnaval.

Ao nível das famílias, o gabinete de apoio à parentalidade tem estado no terreno, em colaboração com os Agrupamentos de Escolas, a dinamizar um conjunto de ações.

No referente ao tema da habitação, estamos a implementar a estratégia local de habitação e a trabalhar na sua revisão num processo partilhado com as Juntas de Freguesia, de forma a que a mesma dê resposta à realidade social ativa e dinâmica.

No âmbito das candidaturas ao Programa 360º foram aprovadas oito candidaturas, mas as intervenções aí previstas encontram-se ainda em fase de contratação pública para posterior concretização.

Na área da saúde, no dia 2 de fevereiro, fomos agraciados em reconhecimento do trabalho desenvolvido em 2023, em parceria com o Departamento de Educação para a Saúde do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

No que respeita às competências no domínio da saúde, no período em análise, verificou-se o normal desenvolvimento de todos os procedimentos.

No dia 20 de fevereiro, realizou-se a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da implementação do processo de transferência de competências no domínio da Saúde.

Do ponto de vista das intervenções no centro de saúde, realizamos a reparação de diversas anomalias, de infiltrações e pintura interior. Para além disto, os serviços municipais procederam à substituição integral do posto de transformação e das respetivas ligações.

No domínio da Saúde Mental continuamos a prestar apoio psicológico gratuito a crianças, jovens, adultos e pessoas com mais idade, encaminhados por diversas entidades e serviços, tendo sido concretizados no período em análise 132 atendimentos.

De referir ainda que o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal foi novamente reconhecido pela Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais, sendo renovado o selo de mérito para o biénio 2023/2024, como membro da rede de autarquias que adotam as melhores práticas e medidas de apoio em benefício dos cuidadores informais.

No âmbito da igualdade de género e oportunidades. No dia 25 de janeiro, participámos na XIV Convenção da Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações, em Lisboa, visando assinalar o Ano Europeu das Competências.

A Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal é atualmente um grande enfoque a nível nacional e, também o Município da Póvoa de Lanhoso, junto dos Recursos Humanos tem proporcionado medidas de conciliação, constituindo-se como um dos domínios prioritários da igualdade de género e desenvolvimento sustentável.

No que se refere ao trabalho do SIGO - Serviço Municipal para a Igualdade de Género e de Oportunidades, no período em análise e no âmbito da vertente interventiva, foram realizados 121 atendimentos a vítimas de violência doméstica.

Juventude e desporto. No dia 4 de fevereiro, estivemos presentes na Final Four do Campeonato Distrital de Basquetebol - sub 16 masculinos, que decorreu no Pavilhão da Escola Secundária.

Celebrámos os contratos de desenvolvimento desportivo com o Grupo Desportivo da Goma, o Vespa Clube, a Sociedade Columbófila da Póvoa de Lanhoso e a Associação Povoense de Artes Marciais Israelitas.

Integramos a Comissão Executiva do centenário do SC Maria da Fonte, através do vereador do Desporto.

A partir da equipa do Espaço Jovem, continua a ser desenvolvido o Programa Juventude em Movimento. Desde o início deste ano foram recebidas 14 inscrições, sendo que nove jovens já foram integrados, nomeadamente nos serviços da Cultura e do Turismo.

No que concerne ao programa “Férias Ativas Inclusivas”, no período de Natal, houve capacidade de integração de 20 crianças/jovens, tendo o Espaço Jovem servido de contexto de acolhimento às atividades desenvolvidas nesse âmbito, no período de 18 a 22 de dezembro de 2023. No dia 19 de fevereiro, realizamos a terceira reunião do Conselho Municipal da Juventude.

Coesão territorial, dando continuidade à descentralização do trabalho dos órgãos municipais. No dia 29 de janeiro realizamos a reunião de câmara em Verim nas instalações da Junta da União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude, e no dia 14 de fevereiro em Calvos, nas instalações da Junta da União de Freguesias de Calvos e Frades. Ao nível das intervenções em Espaço Público, destacamos o seguinte: construção de WC's públicos na Capela de São Brás na vila; execução de novas paragens de autocarros, assim como execução e colocação de bancos; execução de portas de armários das Válvulas Redutoras de Pressão do concelho; renovação e reforço das papeleiras na Vila; execução de rede e ramais de abastecimento de água em Sobradelo da Goma, São João de Rei e Galegos; no que se refere a água e saneamento, execução de diversas intervenções relacionadas com redes e ramais em freguesias como Galegos, Oliveira, Travassos, e Garfe; manutenção das ETAR's de Monsul e União de Freguesias de Águas Santas e Moure; apoio a entidades como a ASSIS, o Grupo Desportivo de Porto D'Ave e a Associação Em diálogo ao nível de espaços verdes; abertura/limpeza do novo Caminho Português de Santiago de Leon de Rosmithal; manutenção dos trilhos Maria da Fonte, Via Romana e dos Moinhos; corte/limpeza da envolvente do Castelo de Lanhoso/Monte do Pilar; manutenção do parque do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos; manutenções solicitadas na antiga escola primária de Geraz do Minho, na Junta de Freguesia de Lanhoso, na antiga escola primária de Frades e no condomínio na Travessa Dr. Avelino Pereira Carvalho, na freguesia da Póvoa de Lanhoso.

Ambiente, no âmbito do projeto de recolha seletiva de Biorresíduos, encontra-se em fase de planeamento o primeiro alargamento do mesmo, ao setor doméstico, que abrangerá as freguesias de Lanhoso, Taíde, União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, e União de Freguesias de Campos e Louredo, num total de 2.865 fogos.

No dia 20 de dezembro participámos, a convite do Rotary Club da Póvoa de Lanhoso, na inauguração do Jardim de Inverno - Estufa das Sensações.

No dia 27 de janeiro, acolhemos, no Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, a realização de um focus grupo para a elaboração de um estudo sobre as "Perceções dos Portugueses sobre a floresta", desenvolvido pela entidade Audax - Centro de Empreendedorismo e Inovação do ISCTE.

No respeitante à saúde animal, desde o início da campanha, que está no terreno desde maio de 2022, já foram esterilizados 146 cães e 238 gatos, números que apontam para o sucesso desta iniciativa.

Quanto ao centro de recolha oficial de animais de companhia, o respetivo projeto encontra-se concluído no período em análise.

O centro de interpretação do Carvalho de Calvos promoveu cerca de vinte atividades, visitas guiadas, atividades técnicas, pedagógicas e lúdicas nas quais participaram aproximadamente 450 pessoas.

Mobilidade no dia 18 de janeiro, promovemos uma sessão informativa sobre um serviço de transporte a pedido, disponível desde o início do ano. Recentemente, reforçámos a divulgação do passe sénior para residentes com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, bem como dos passes gratuitos para pessoas com mobilidade condicionada para residentes com grau de incapacidade igual ou superior a sessenta por cento.

Proteção civil, numa altura em que já está a decorrer a segunda semana Municipal da Proteção Civil, de 19 de fevereiro a 1 de março, o Serviço Municipal de Proteção Civil esteve no terreno, resolvendo as mais diversas ocorrências registadas no decorrer dos meses que aqui analisamos.

Na véspera de Natal, estivemos presentes junto da força de intervenção civil que esteve, na quadra natalícia, na Estrada Nacional 103, junto à Rotunda do Pinheiro.

No dia 26 de janeiro, participámos na reunião de Coordenadores Municipais da Proteção Civil dos Municípios da Sub-Região do Ave, que decorreu na Câmara Municipal de Fafe.

Ordenamento e Desenvolvimento Económico. Relativamente ao processo da segunda revisão do PDM, este está a seguir o procedimento administrativo exigido pelo Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial.

No que diz respeito ao projeto da Via Circular urbana, aguardamos a conclusão final do projeto e projeto de expropriação. Prevemos que tal possa acontecer já no presente mês de fevereiro.

Quanto à área das empresas e do emprego, nos dias 11 e 12 de janeiro, promovemos o II Mercado de Oportunidades.

Na vertente da empregabilidade, foram realizadas mais de 500 intervenções. Destacámos a existência de 200 ofertas de emprego, a marcação de 118 entrevistas, a entrega de 367 currículos e a realização de inúmeros atendimentos. De destacar ainda a presença neste certame de 17 entidades.

No que se refere ao Gabinete de Apoio à Empregabilidade, desde a última Assembleia Municipal, no dia 19 de dezembro, esta resposta realizou 28 atendimentos, conseguindo 13 colocações.

No respeitante à atividade económica, nos dias 22 de dezembro, 13 e 27 de janeiro e 10 de fevereiro, realizámos o Mercado PVL - Mercado de Produtos Verdadeiramente Locais, no recinto coberto da feira semanal.

Ainda no que se refere ao apoio à economia local, no dia 15 de janeiro, realizámos o sorteio da Campanha de Apoio ao Comércio Local, realizada no final de 2023.

Atratividade do concelho, ao nível da programação regular da Casa do Livro, é de referir que, em janeiro, este espaço recebeu crianças dos dois agrupamentos de escolas para assistirem ao Teatro de Fantoches "Revolução Maria da Fonte", numa iniciativa inserida na parceria com a rede de bibliotecas da Póvoa de Lanhoso, assim como as leituras encenadas que já estão a ser levadas até às escolas básicas.

No Theatro Club o destaque vai para o concurso nacional do Teatro Ruy de Carvalho - de 27 de janeiro a 2 de março.

Ao nível do Castelo, este continua a receber visitas no âmbito do trabalho com as escolas e em 2023 bateu o recorde de visitas e superou os números registados no período pré-pandemia, ao fechar com um registo de muito perto de catorze mil visitantes.

No dia 13 de janeiro, apresentámos o programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que irá decorrer ao longo de todo o ano, e no âmbito do qual já estamos a partilhar nas redes sociais do município, memórias dos Povoenses deste meio século de liberdade, uma iniciativa que abrangerá 50 fotos ao longo de cinquenta domingos. Também já demos início aos trabalhos prévios relacionados com a recolha de testemunhos que serão partilhados em julho próximo.

No dia 16 de janeiro participamos numa reunião de trabalho que decorreu em Vila Pouca de Aguiar, com o objetivo de avançar com a definição dos percursos dentro de cada concelho, visando no momento posterior a implementação do Caminho Português de Santiago de Leon de Rosmihal.

No que se refere à área do turismo e eventos, entre 9 de dezembro de 2023 e 7 de janeiro de 2024, promovemos a iniciativa Natal na Praça que, juntamente com Garfe Aldeia dos Presépios e a Feira de Natal, do baixo concelho, constituíram as principais propostas para assinalar esta quadra, abrangendo-se e envolvendo-se, assim, a população de todo o concelho.

No período em análise, dêmos continuidade à feira de Antiguidades e Velharias com uma edição, no dia 27 de janeiro. Estivemos presentes, juntamente com artesãos filigraneiros do concelho, na abertura da exposição comemorativa do Centenário da Joalharia do Carmo, esta mostra ficou patente entre 14 de janeiro e 4 de fevereiro, no Museu de Arte Contemporânea de Lisboa.

No dia 5 de fevereiro, apresentámos a edição de 2024 dos Fins de Semana Gastronómicos que teve a primeira proposta nos dias 10, 11 e 13 de fevereiro com o cozido à portuguesa.

Transição Digital e Modernização Administrativa, a plataforma de serviços online atendimento@net permite já a possibilidade de submissão de qualquer pedido/comunicação na ótica do regime jurídico de urbanização e edificação e nos termos dos controlos prévios adstritos ao serviço de gestão urbanística, de forma cem por cento digital.

No final do mês de fevereiro, iremos promover uma ação de esclarecimento dirigida aos técnicos municipais sobre o SIMPLEX urbanístico.

Com a possibilidade de instruir pedidos de licenciamento, de autorização e comunicar comunicações prévias, através da plataforma de serviços online, continuam disponíveis cerca de 71 formulários adstritos à Divisão de Gestão Administrativa, à Divisão de Obras Municipais e Ambiente e à Divisão de Gestão Urbanística. Até ao momento, foram recebidos 220 pedidos, por esta via.

Recursos Humanos, nos dias 17 e 24 de janeiro foi proporcionado aos colaboradores um workshop transformador de Gestão Emocional.

Notas finais para referir o seguinte: no decorrer do mês de Janeiro, foram vários os grupos que recebemos nos Paços de Concelho e que vieram cantar as Janeiras. Com muito boa disposição e entusiasmo, ficou demonstrado que as tradições são estimadas e estão bem vivas na Póvoa de Lanhoso.

Informação Financeira, a execução orçamental da receita, 2.013.060€; execução orçamental da despesa paga, 1.218.216€.

E antes de terminar, importa também referir que este documento completo estará publicado, será publicado na sua totalidade no site do município e nas redes sociais para consulta, porque isto foi, de facto, um breve resumo de toda a atividade do município nestes cerca de dois meses. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, não obstante todas as preocupações que aqui tive a oportunidade de lhe transmitir no PAOD, para além de todas as atividades que acabaram de elencar neste período, e sem questionar a validade das ações desenvolvidas em matéria ambiental, louváveis, sem sombra de dúvida, desta vez vou centrar a minha intervenção nas questões ambientais. Uma preocupação do CDS-PP de há muito tempo a esta parte. Permita-me que lhe diga que, em matéria de ambiente, a Póvoa de Lanhoso está a ficar demasiado flagelada, arrisco mesmo dizer que a situação está a piorar em bastantes aspetos e não pretendo insinuar de forma alguma que seja por inação, mas sim, porque devem ser reforçadas as ações preventivas, a fiscalização e a denúncia às entidades competentes, conforme os casos.

Senão veja-se, desde o início do mandato, alertamos aqui para a iminência da queda de árvores e, infelizmente, as desafortunadas caíram. No ano passado, tivemos o problema da acumulação de resíduos urbanos devido à insuficiência de meios de recolha da Braval. Alertamos ainda para a deposição de lixo no Monte do Pilar e tal atividade continua a ser uma constante. Ainda sem sair do Monte do Pilar, volto a lembrar-lhe o problema

das espécies arbóreas invasoras e infestantes que, para além de descaraterizarem completamente o local, colocam em risco as espécies autóctones. Percorrendo umas centenas de metros em linha reta, temos de quando, em vez por Lanhoso abaixo, enxurradas acidentais de líquidos espumosos que ninguém consegue controlar e para as quais uns pedidos de desculpa têm serenado a questão.

Defendemos e vamos investir na proteção dos animais e muito bem, mas temos no concelho uma exploração agropecuária com charcas de esgoto a céu aberto, completamente desprovidas de proteções onde caem e morrem regularmente animais selvagens, como, por exemplo, raposas às dezenas, se calhar por serem necrófagos e atraídos pelo cheiro e sabe-se lá mais o quê. Situação que inclusive, já foi por nós alertado aos serviços municipais e para a qual estamos a aguardar resolução cabal e definitiva. Não sabemos em que estado estão as águas das bicas e dos fontanários públicos e muito menos o estado das águas subterrâneas, sobretudo das imediações da lixeira, como já aqui foi dito, agora temos gaivotas a fazerem banquetes na lixeira, a defecar nas ruas da vila e até em cima das pessoas e a fazerem a sua higiene na piscina municipal.

É justificável dizer que tememos todos pela falta de condições de segurança da piscina municipal descoberta na próxima época balnear. Já aqui foram apresentadas algumas medidas, esperemos que tudo corra pelo melhor. Não veremos tão cedo a ampliação da Braval, porque a embirrenta da Agência Portuguesa do Ambiente se lembrou de perseguir a empresa. Isto foi a informação oficial que nos chegou, não nestes moldes, nuns moldes um bocadinho piores.

Pretendemos fazer um posto de turismo de cariz regional na rotunda das Bolas de Ouro, e muito bem, mas somos afligido e brindamos os que nos visitam com um cheiro nauseabundo de que há muito não havia memória. E trazemo-los até nós numa nacional 103 cheia de gorduras e sujeitos a acidentes, como se não bastasse e como havíamos aqui também vaticinado, por óbvio ser, ainda hoje soubemos que o pedido de uma avaliação de impacto ambiental pela Agência Portuguesa do Ambiente poderá causar constrangimentos ao desenvolvimento do maior projeto público de que há memória na Póvoa de Lanhoso, a Via circular Urbana. Esperemos que tal não aconteça, não querendo vaticinar maus presságios, porque, para além de amarmos a nossa terra, vivemos cá, a continuarmos assim, se calhar, um dia destes teremos por aqui problemas ainda mais graves dos que acabei de elencar.

Nós agradecemos que atentem a estas questões e os povoenses agradecem-lhe a sua resolução urgente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O desenvolvimento local é um processo vital para o crescimento sustentável e de qualidade de vida das comunidades. Os municípios desempenham um papel fundamental neste contexto, as atividades desenvolvidas pelos governos locais têm impacto direto na economia, no bem-estar social e na preservação ambiental das suas regiões.

Como temos vindo a assistir, este executivo tem sido responsável por promover um ambiente propício para o crescimento económico local, incentivando a criação e manutenção de empresas locais, oferecendo apoios financeiros, infraestruturas adequadas, como os novos parques industriais, desbloqueando processos técnicos ou administrativos e programas de capacitação. Vejamos o exemplo do segundo mercado de oportunidades que foi novamente um sucesso e contou com a presença da secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira.

Além disso, ao investirem e apoiarem nos setores estratégicos como o turismo, o desporto, a agricultura, a indústria e a tecnologia, o executivo municipal impulsiona a geração de empregos e de rendas, estimulando o desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho.

Não fosse já importante o que já destaquei, as atividades deste executivo têm impacto direto na qualidade de vida dos nossos cidadãos locais, através da oferta de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, transporte, o saneamento básico que temos vindo a fazer um esforço de executar em cada vez mais locais do nosso concelho e os serviços administrativos municipais que, com o seu alargamento de horário, contribuem para o bem-estar social e inclusão de todos os habitantes, ao mesmo tempo ao procurarem investir em políticas de habitação acessível, como a estratégia local de habitação, espaços públicos de lazer e de cultura. O município promove a coesão social e a integração comunitária.

Além disso, as políticas de planeamento urbano, gestão de resíduos, proteção das áreas Verdes, incentivo à utilização de energias renováveis, o município pode promover práticas ambientais responsáveis e mitigar impactos negativos de organização desordenada e de degradação ambiental.

As atividades apresentadas neste relatório são relevantes e essenciais para o nosso desenvolvimento local sustentável, pois influenciam diretamente a economia, o bem-estar social e a preservação ambiental da nossa comunidade. Ao priorizarem políticas e investimentos que promovam o crescimento da qualidade de vida e a sustentabilidade, o nosso executivo contribuí significativamente para o progresso e o sucesso da nossa região, do nosso concelho e dos nossos habitantes.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradecendo de antemão ao excelentíssimo senhor vereador, Dr. Paulo Gago, pela apresentação que nos fez aqui destes cerca de três meses transatos da atividade do município e da sua situação financeira. Agradecer realmente pela exposição Clara e elucidativa que nos fez, claro, está também, suportada pelos meios audiovisuais que permitem, com certeza, uma dinâmica mais atrativa e elucidativa da realidade dos factos. Pudessem também os grupos parlamentares fazer uso destes meios audiovisuais e, com certeza, as suas exposições seriam mais enriquecidas.

Do documento que nos foi apresentado, constatamos efetivamente que o executivo municipal está comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a qualidade de vida dos munícipes na sua atuação, tem envolvido os vários atores da sociedade povoense, chamando-os a intervir, indo junto deles, seja das empresas, das IPSS's, dos povoense em geral, tentando assim construir um concelho próspero, inclusivo e resiliente. Será que tem conseguido fazê-lo? Vamos ver mais adiante na atividade do município, um olhar sobre as várias áreas temáticas, algumas questões e considerações.

Um olhar breve quanto à área da educação, vemos também que há aqui uma efetiva e estreita colaboração do município com toda a comunidade educativa, dela recebendo contributos e com ela, atuando com vista a alcançar uma educação de qualidade, inclusiva, e equitativa. Nas palavras do próprio executivo, com oportunidade para todos, e tudo isto acompanhado de medidas de apoio social que são prestadas às crianças, aos jovens e ao seu agregado familiar. Foi aqui referido que o ensino da natação tem prosseguido, e muito bem, e com grande sucesso. A nossa questão é se há ou não nas escolas do nosso concelho, o ensino e o treino da capacidade de andar de bicicleta, antevendo-se a resposta, talvez negativa. Quais as diligências que têm sido encetadas pelo executivo junto do poder central para concretizar os meios para se poder atingir esta finalidade, portanto, as bicicletas, os capacetes e todos os mais artefactos para esta prática, claro está.

No âmbito da saúde, na delegação de competências é destacado e foi destacado como políticas sociais do município, atribuição ao medicamento a quinze pessoas. Questionamos se este número de pessoas não fica aquém das reais necessidades da população povoense. Entendemos, pois, que esta medida de apoio deveria ser estendida ao maior número de pessoas.

Na área da mobilidade, concretamente quanto ao serviço de transporte a pedido ao município, entendemos ser desproporcional que este serviço tenha uma sobretaxa de vinte cinco por cento face ao tarifário do transporte regular, sendo uma necessidade de quem o requer. O porquê desta sobretaxa não ser absorvida pelo município, estar a ser exigida do requerente/beneficiário?

Na área do ambiente, concretamente, no que respeita ao Carvalho centenário de Calvos, questionamos qual a estratégia que tem vindo a ser encetada pelo município na divulgação, incentivo ao voto nesta nossa árvore centenária no âmbito do concurso de Árvore do ano, isto porque, nos últimos anos, a árvore não tem sido sequer apurada para votação.

No âmbito das campanhas de sensibilização, verificamos que até agora há uma total ausência quanto a consciencialização para as boas práticas na utilização da água e dos recursos hídricos, que é uma matéria fundamental nos nossos dias, portanto, é urgente um plano para a alteração dos modos de consumo e utilização da água, promovendo-se, portanto, uma mudança de paradigma, uma mudança de comportamentos no uso eficiente deste bem, que é indispensável e finito. A transição energética é inevitável, o desafio é grande. As câmaras municipais são apontadas como um dos elementos chave para envolver os cidadãos, os munícipes, no entanto, verificou-se que até agora há uma total ausência de projetos e investimento nesta área, pondo em causa um futuro sustentável para a Póvoa de Lanhoso.

Dito isto, quanto à análise financeira, após o encerramento do segundo ano de mandato do executivo, é notório que o município da Póvoa de Lanhoso enfrenta desafios significativos. Por um lado, a falta de investimento estrutural no concelho, a Via circular urbana, tão esperada reivindicada há décadas é, de facto, essencial para o concelho e vamo-nos abster aqui de enumerar os fundamentos e os porquês, mas o facto é que a via circular não é ainda uma certeza, pese embora praticamente todo o investimento que tem sido feito até agora tem sido canalizado e tem girado em torno desta VCU. No entanto, para além da Via circular, outras estradas e acessos, no concelho da Póvoa de Lanhoso carecem de investimento, a Estrada Nacional 205, a exemplo, apenas a título de exemplo, vejamos no traçado desde a rotunda das Bolas do Ouro à Rotunda da Avenida da República. Precisa de reparação e melhorias, é estrada nacional, é certo, bem sabemos, mas esperava-se que o executivo, com a sua relação de proximidade com o poder central, pudesse fazer mais. Trata-se de uma via de acesso preponderante, uma das principais vias de entrada e de saída do concelho e percorrida diariamente e, porventura, mais de que uma vez ao dia por centenas de povoenses, mas também grande parte da rede viária municipal está degradada a um nível, arriscamos a dizer, nunca antes visto, precisa de reparação e melhorias para permitir facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias. A falta de investimento nesta área afeta diretamente a qualidade de vida dos povoenses, mas também a competitividade económica. Não se pode querer pró atividade, iniciativa económica, não é possível haver tecido empresarial, se depois não temos infraestruturas básicas, se os acessos não são operacionais e viáveis no concelho, e o concelho, os povoenses estão descontentes com o estado de degradação das suas estradas nas freguesias e também no concelho em geral.

E crescendo ainda ao mau estado das estradas, naquelas estradas que estão em bom estado, temos ainda, a falta de sinalização visível das passadeiras, dos eixos das vias,

das bermas, e isto representa um perigo rodoviário acrescido. De facto, os povoenses contavam com outro desempenho por parte do executivo, já que foi sua promessa agir por ação e não por reação e, de facto, nesta matéria, a manutenção preventiva era absolutamente essencial, desde logo para assegurar a qualidade de vida dos povoenses, mas também para assegurar a sua segurança e também para assegurar a competitividade das empresas.

A par disto, o aumento do endividamento no município da Póvoa de Lanhoso é, com certeza, uma questão que merece urgente reflexão. O acesso ao crédito, como todos sabemos, é muitas vezes necessário e, como já foi aqui dito, sempre se fez e sempre se fará. É crucial que o endividamento seja sempre acompanhado por investimentos estruturais e responsáveis, mas, no nosso caso, o município está a acumular dívida sem parecer ter um plano claro para utilização destes recursos, isto no sentido de que contraíram-se empréstimos, aprovou-se mais um empréstimo, para projetos específicos, mas que não foram até agora concretizados. As obras não foram até agora realizadas e, na verdade, continuamos com estradas precárias parte, ou boa parte da rede viária municipal, altamente degradada, a rede de água e saneamento ineficiente, a dilação temporal para a execução destas obras tão urgentes e absolutamente necessárias, está a ser enorme, está a demorar tudo muito tempo, para utilizar uma linguagem muito simplista. Isso afeta a qualidade de vida dos povoenses e corre-se ainda o risco acrescido, e que é quase certo, de aquando da execução destas obras, o dinheiro dos empréstimos já não ser suficiente para a execução das mesmas, dado o aumento dos custos, dada a inflação e tudo aquilo que conhecemos, ou seja, será preciso mais dinheiro e ele terá de vir de algum lado, mau grado irá sair dos bolsos dos povoenses. Desta forma, minhas senhoras e meus senhores, o endividamento perde o seu propósito, esvazia-se, somos em crer que o endividamento terá de ser sempre acompanhado de um investimento oportuno, pois só assim ele será benéfico para as populações, para a população povoense, neste caso. E, de facto, a Póvoa de Lanhoso merece um futuro financeiramente sustentável e não apenas dívidas vazias que representem um fardo para as gerações futuras, mas também para a geração presente que cá está e que irá pagar. Muito obrigada a todos e a todas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar por responder ao deputado Pedro Afonso, relativamente às questões ambientais. Há, de facto, problemas relacionadas com a estratégia político-ambiental que são imprevisíveis e quando estamos a falar, por exemplo, de quedas de árvores aconteceu neste mandato, aconteceu no mandato anterior, aconteceu noutros

mandatos, aquilo que nós temos que ter, isso sim, é os serviços preparados, nomeadamente a proteção civil do município, preparada e capacitada para poder intervir quando for necessário. E isso sim, mudou significativamente do mandato anterior para este mandato. Passamos desde logo a ter uma equipa de proteção civil, quando tínhamos até agora um elemento na proteção Civil, temos uma equipa na proteção civil, passamos a ter meios, meios de deslocação, de transporte, meios técnicos, essa equipa está munida de meios técnicos para poder intervir no terreno e têm-no feito recorrentemente, quando no mandato anterior, até para desativar os ninhos das chamadas abelhas asiáticas, tínhamos de recorrer a empresas de fora do concelho que demoravam semanas a deslocar-se até à Póvoa de Lanhoso, tinham outros afazeres, naturalmente, tinha um custo elevadíssimo, não é? Quando hoje aquilo que fizemos foi fazer um investimento pontual, muito inferior ao custo anual que tínhamos no mandato anterior, ao longo desses quatro anos e que dá à equipa de proteção civil uma capacidade de resposta, se não for imediata, praticamente imediata, no prazo de vinte e quatro horas é desativado qualquer ninho no concelho da Póvoa de Lanhoso. No mandato anterior, isso nunca acontecia, só para lhe dar este exemplo.

Relativamente ao tema que diz respeito à recolha dos resíduos, é verdade que existiu um problema em 2022, no verão de 2022, e eu quero recordar que esse foi o primeiro período de verão de gestão deste executivo, em que o executivo entendeu criar as condições para que tivéssemos um terceiro meio de recolha de resíduos. Portanto, esse problema que era habitual nos anos anteriores, deixou de existir, passamos foi a ter um problema diferente, que não depende da Câmara Municipal, ou que não dependia à época da Câmara Municipal, que tinha a ver com recolha dos ecopontos, como todos sabemos, a recolha dos ecopontos diz respeito única e exclusivamente à Braval. Nesse primeiro ano, esse problema foi identificado, foi corrigido no segundo ano, em 2023. Situações pontuais de saturação, podem acontecer por esta ou por aquela razão, mas com a consistência que aconteceu em 2022, não voltou a acontecer em 2023, portanto, é verdade que aconteceu isso e é verdade que tomamos as devidas providências para que não se repetisse em 2023. E em relação à recolha dos resíduos que diz respeito à Câmara Municipal, a boa experiência que foi encetado em 2022, foi consolidada em 2023 com a aquisição de um meio definitivo. O município hoje tem três meios de recolha quando tinha no mandato anterior, só dois meios de recolha, tem três meios em permanência, agora ao longo de todo o ano, a fazer recolha de resíduos.

Sobre os efeitos que refere que ocorrem na estrada nacional 103, fruto das deslocações de ida e volta ao aterro sanitário e fruto também do estado da via. O estado da via, como sabemos, diz respeito e aqui vou respondendo também já parcialmente, à deputada Sónia Fernandes, o estado da via diz respeito à Infraestruturas de Portugal. O outro problema que identificou, como sabemos, diz respeito à Braval, o que diz respeito ao município, naquele espaço, é quando muito notificar as instituições responsáveis, portanto, e temo-lo feito recorrentemente, e agora falando da nacional 205, temo-lo

feito recorrentemente, eu acho que provavelmente, e eu percebo o comentário da deputada Sónia Fernandes, mas, naturalmente, está a interpretar de forma exagerada a influência que o município pode ou não ter sobre determinados organismos, portanto, eu fui eleito Presidente de Câmara, não fui eleito mais coisa nenhuma. Sou Presidente de Câmara, relacionarmo-nos com as instituições, fazemos com que elas cumpram com a sua missão, ainda hoje, por exemplo, relativamente a um problema que existe em São Pedro notificámos a IP para uma reunião em breve no local, porque queremos resolver um problema que já agora resulta das obras que foram levadas a cabo no mandato anterior. Penso que, no início do mandato anterior, do alargamento do cemitério, foi no início do mandato anterior ou no final do mandato anterior a esse e, portanto, resulta dali um problema que está relacionado com as águas pluviais que causam constrangimentos aos habitantes que vivem junto à estrada nacional e, portanto, ainda hoje mesmo remetemos um e-mail solicitando uma reunião para a resolução deste problema.

Portanto, o nosso relacionamento com estes organismos baseia-se nesta forma de trabalharmos, digamos assim, não podemos assacar à Câmara Municipal a responsabilidade de intervir nesta ou naquela via, ou resolver este ou aquele problema que não seja da alçada do município. Ainda assim, ainda assim, já por várias situações, levamos a cabo intervenções por nossa iniciativa e isso resultado do reforço de meios do investimento que fizemos, nomeadamente nas equipas da DOMA que têm no dia-a-dia, a missão de trabalhar na área da reposição do betuminoso e temos levado a cabo intervenções que, com o Orçamento Municipal, entendemos que, em situações limite, devemos executar precisamente porque achamos que há mínimos que devem estar assegurados, muito embora essa responsabilidade legal e formal não seja do município, mas as pessoas que se deslocam no dia-a-dia para vir à Póvoa de Lanhoso ou sair da Póvoa de Lanhoso precisam de ter asseguradas essas condições, independentemente de quem é essa responsabilidade, e nós temo-lo feito. Ainda há pouco tempo, fizemos, por exemplo, ocorre-me este exemplo, no cimo da Avenida da República, na rotunda que está no cimo da Avenida da República, fizemos uma intervenção. Os serviços da Câmara Municipal fizeram uma intervenção que, em condições normais, não devia estar assegurado pelos nossos serviços, mas fizemo-lo, porquê? Porque era necessário. Não podemos é substituir-nos totalmente à responsabilidade da IP, isso também não seria compreensível, portanto, e já fizemos outras intervenções deste género, por exemplo, na Avenida dos Bombeiros Voluntários o ano passado, fizemos lá uma intervenção significativa, também.

Relativamente aos cartões Abem, poderá haver alguma falha na informação que leu e que interpretou, são mais quinze, não são quinze, portanto, neste período foram atribuídos mais quinze, a totalidade não são quinze, são bem mais do que isso. Nós temos um protocolo que permite cerca de cem, um pouco mais de cem, portanto, neste

período, desde a última Assembleia Municipal, até esta Assembleia Municipal foram atribuídos mais quinze.

Relativamente aos acessos ao concelho, e ao estado das vias. Nós temos feito várias intervenções e temos programadas várias intervenções, também, nos próximos tempos, mas até as próprias juntas de freguesia saberão, os senhores Presidentes de junta, saberão que há muitas intervenções que no passado teriam que estar asseguradas por um serviço externo e que nós já temos conseguido assegurar precisamente com os meios da Câmara Municipal, portanto, este reforço que efetuámos ao longo destes quase dois anos e meio tem um efeito prático que está todo ele registado, freguesia por freguesia naquela capa amarela, mudei de cor, desta vez, tenho a capa branca também, mas tenho ali a capa amarela, e a capa amarela é a que diz respeito às juntas de freguesia e tem elencado tudo aquilo que foi feito em cada junta de freguesia, fosse em termos de intervenção, fosse em termos de cedência de materiais, fosse em termos de cedência de limpa bermas, datado, as requisições, está ali tudo, portanto, se quiserem, se tiverem alguma dúvida, basta pedir o exemplo de uma freguesia e eu dou-lhe o exemplo desde o primeiro dia de mandato até hoje, de tudo o que foi feito em cada uma das freguesias, água, saneamento, tudo aquilo que foi feito em todas as freguesias, muros, alargamentos, nas intempéries, por exemplo, já dei aqui vários exemplos de intervenções que fizemos nas freguesias, os senhores Presidentes de junta sabem disso também, portanto, tenho tudo, elencado.

Relativamente à dívida, à boa ou má dívida. A senhora deputada sabe, porque penso que está suficientemente atenta nas assembleias municipais, e sabe que a estratégia deste executivo pressupõe que seja assegurada uma poupança em sede de orçamento desde o início do mandato, não em 2022, porque em 2022, como sabem, também, este executivo teve de liquidar um valor correspondente a setenta por cento dos contratos Interadministrativos que resultaram do mandato anterior, portanto, estamos a falar de um valor que andou perto dos dois milhões de euros, portanto, não foi possível constituir esta poupança desde 2022, mas em 2023 e 2024, a estratégia do município passa por constituir uma poupança que garanta que, quando chegar a hora de o município ter de corresponder com a sua quota-parte de responsabilidade dos quinze por cento que estão estabelecidos em termos de acordo com a IP, estejamos em condições de o fazer. Em condições normais, se a lei permitisse aquilo que deveria acontecer, seria contrair um empréstimo para que esses quinze por cento fossem assegurados por esse empréstimo, se fosse líquido. O problema é que a lei não permite que seja contraído um empréstimo para essa finalidade exclusivamente e, portanto, como a lei não permite que esse empréstimo seja contraído para essa finalidade. Aquilo que nós tivemos de fazer estrategicamente foi constituir uma poupança no orçamento e compensar essa poupança com a contração do empréstimo. Que não resultando diretamente na assunção desse compromisso, serve para que o exercício e a atividade do município que deveria acontecer, se essa poupança no existisse, esteja assegurada. E, portanto, essa,

não sei se o termo foi esse, mas essa má dívida, ou pelo menos, o ser ou não discutível essa dívida do ponto de vista estratégico, a estratégia é esta. Podem concordar ou podem discordar, objetivamente a estratégia é esta, nós precisamos de compensar em termos orçamentais a poupança que estamos a fazer, porque senão não temos capacidade de resposta nas solicitações que nos surgem, nomeadamente dos senhores Presidentes de junta com quem temos, já agora, com quem temos todos os anos reunido para definir em conjunto, sempre em conjunto, não há nenhum Presidente de junta, nenhuma junta de freguesia que possa afirmar que nós tínhamos unilateralmente determinado, e podíamos-lo ter feito, mas não fizemos, porque não é essa a nossa forma de trabalhar, unilateralmente determinado um investimento no ano de 2023 ou 2024 em determinada freguesia. Não o fizemos. Fizemo-lo em conjunto com as juntas de freguesia. O ano passado até fizemos já para dois anos, 2024 e 2025, para que haja uma previsibilidade em termos de investimento, porque o empréstimo que fizemos pressupõe que tenhamos o tempo necessário de ultrapassar os procedimentos administrativos e depois executar os empréstimos. Procedimentos administrativos sabe, porque estava cá no mandato anterior também, que há determinados passos que são absolutamente inevitáveis, portanto, a morosidade que aqui lamentou, eu lamento-a consigo, o problema é que o código de contratação da administração pública exige que determinados passos sejam dados, nomeadamente, um passo em concreto que é sempre altamente imprevisível. A emissão dos vistos do Tribunal de Contas, ninguém sabe quanto demora, pode demorar um mês, pode demorar três meses, pode demorar seis. É sempre um tiro no escuro, portanto, quando estamos dependentes da contração de empréstimo para compensar aquilo que eu já expliquei da contração de empréstimo que depois tem a sua tradução em termos práticos, em termos de obra, se quisermos, no terreno, dependendo destes procedimentos administrativos, obviamente, que nós não podemos ter o ritmo que desejávamos ter, se pudéssemos usar o orçamento do município para lançar os procedimentos. E mesmo assim, estamos numa fase em que a primeira fornada, digamos assim, de procedimentos já passou pela contratação pública, isto relativamente ao primeiro empréstimo do mandato, já passou pela contratação pública e estamos em fase de pedidos de esclarecimento que poderão ou não ser suscitados. Portanto estão a decorrer esses prazos para que avancemos para as empreitadas propriamente dito, e a segunda leva de procedimentos, está em plena execução. Se me perguntar, bom, mas acha que é o timing ideal, ou acha que não seria desejável que nós tivéssemos conseguido mais cedo? Claro que sim, mas eu não me posso substituir à lei, muito menos me posso substituir ao Tribunal de Contas, que isso é uma coisa altamente sensível, como todos bem sabemos, também, de determinado passado, portanto, são procedimentos muito rigorosos, são procedimentos que requerem um cuidado muito grande dos técnicos e dos políticos, também, todos temos a mesma vontade de ver obra executada nas freguesias.

Os compromissos que nós assumimos com os senhores Presidentes de junta e com as senhoras Presidentes de junta são para cumprir, obviamente, mas são para cumprir dentro do ritmo que nos é imposto, não é o ritmo que nós desejávamos, porque se fosse por minha vontade, já estavam todas feitas. Sempre que um senhor Presidente de junta me solicita o que quer que seja, que seja possível de fazer, eu se puder faço logo no dia seguinte, se puder, se não puder, tenho que me sujeitar aos condicionalismos. Quer um exemplo? Nós vamos discutir no ponto cinco o reforço do subsídio atribuído à Junta de Freguesia de Lanhoso, relativamente à execução do cemitério, tivemos necessidade, precisamente porque a empreitada, a execução da empreitada exigiu que determinada intervenção fosse feita de forma diferente, ou fosse assegurada de forma diferente do que estava previsto inicialmente, tivemos necessidade com isso, corrijo, teve necessidade a Junta de freguesia, assim é que é, de solicitar um reforço do subsídio que tinha sido atribuído. Sendo, e aqui é importante explicar que há determinadas intervenções que, também, não podem acontecer com base em empréstimos. Esta é uma delas, estamos a falar do cemitério, este tipo de intervenções tem que ser com base no Orçamento Municipal, por isso é que esta intervenção já está em curso e as outras não, porque depende do Orçamento Municipal, sendo uma intervenção desta natureza e que tem este grau de flexibilidade que não está condicionada da forma que já expliquei relativamente a todas as outras. Já vamos hoje aqui aprovar o reforço desse subsídio, não é? Se for aprovado pela Assembleia Municipal, claro, ou não dizia aqui o senhor deputado, eu confio que sim, portanto, vamos hoje aqui aprovar o reforço de subsídio. Porquê? Porque o procedimento é diferente. Portanto, se todos os procedimentos fossem como este, provavelmente teríamos obra em curso há mais tempo. A obra é para executar? Com certeza que sim. Vai ser executada até ao final do mandato? Com certeza que sim. Não é no ritmo que nós gostávamos que fosse pelas razões que já expliquei. Penso ter sido claro. Muito obrigado.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para esclarecer duas notas que eu apontei e que tem a ver, sobretudo com a intervenção do Eng.º Pedro Afonso no que respeita à piscina descoberta, a piscina descoberta está neste momento, já a proceder a alguma, não está a trabalhar no máximo, mas está a proceder a alguma filtragem de água, precisamente já fez isso o ano passado, não havia gaivotas, este ano está a fazer também, evidentemente que a época banhar, nós estamos em fevereiro, ela vai ser aberta em julho e até lá, se tivermos que despejar toda aquela água e tivermos que fazer alguma intervenção mais radical, naturalmente, a faremos sendo certo que, como também já conhece a forma como nós trabalhamos, ou está cem por cento seguro, ou então não abre. Portanto, mas há-de abrir garantidamente e, portanto, até lá também temos que fazer esse trabalho.

Chamar também a atenção que esta situação das aves de rapina é muito fácil, depois a gente também ir buscar umas aves maiores assustar as gaivotas, entretanto, há outras aves também, que na Póvoa de Lanhoso são há muitos e muitos anos, eu diria que até trabalhadas e treinadas através da sociedade Columbófila que também conhece e, portanto, tudo isto tem que ser analisado com conta e medida porque o falcão depois não vai olhar a quem, vai gaivotas, vai pombos, vai tudo e, portanto, temos que ter essa noção do que se vai fazer e, portanto, para isso, temos todos que analisar com algum cuidado estas intervenções.

Depois em termos daquilo que tem a ver com a deposição de lixo e é uma preocupação também que, em termos turísticos, nós temos e, ao contrário daquilo que disse, de facto, continua a haver alguma deposição de lixo, menor do que a que havia, mas o que há é uma maior recolha de lixo, portanto, os serviços estão constantemente a fazer essa recolha, evidentemente, nós não podemos ter um GNR em cada local, isso vai depender muito do civismo das pessoas. Eu estou convencido que a nossa sociedade está a avançar em passos largos para essa mesma melhoria do civismo, mas, enfim, às vezes ainda há algumas aves raras que não são só as gaivotas.

No que disse a deputada Sónia Fernandes, eu queria só chamar a atenção para um pormenor que tem a ver com a transição energética, não é correto dizer-se que não se fez nenhum investimento, ou tem-se feito um investimento reduzido. Eu queria só aqui salientar dois investimentos que são, de facto, absolutamente fantásticos pela carga que tiveram exclusivamente na melhoria térmica e energética que foi no caso da intervenção que foi feita no pavilhão da Escola Secundária, que incidiu rigorosamente e só nessa melhoria, portanto, basicamente, melhorámos muito em termos de iluminação, foi substituído todos os painéis translúcidos, foram melhoradas, todas as iluminações, as lâmpadas, houve um conforto térmico também para os balneários. Hoje, as crianças daquela escola já se podem equipar nos seus balneários, porque têm isolamento térmico, têm uma poupança também hídrica muito grande e foi um investimento de mais de cento e quarenta mil euros, sendo certo também com apoios comunitários, mas que a Câmara investiu, se não estou em erro perto de quarenta mil euros nesse investimento. E também o investimento, que são estas coisas que são importantes às vezes relembrar, porque ninguém vê, mas, de facto, as coisas continuam lá, e continuam a trabalhar, mas, desta vez com trinta por cento de economia, foram substituídas as quatro caldeiras da piscina coberta que estavam absolutamente inoperacionais, em quatro, três estavam inoperacionais há mais de dois anos e uma trabalhou até ao limite da sua capacidade e nós investimos quarenta e oito mil euros na troca desse equipamento. E, portanto, e fizemos também, como também já é conhecido o reaproveitamento da água que vem da Serra do Carvalho e que permite hoje, não só aos nossos bombeiros, terem uma capacidade de abastecimento na ordem dos milhões de litros de água, mas também fazer-se rega com água que às tantas não será potável, mas

que pode perfeitamente servir para combate a incêndios e para rega e lavagem dos espaços públicos.

Portanto, há aqui um trabalho que tem sido feito e tem sido contínuo, evidentemente, que são dois anos e meio, continuamos a fazer esse percurso, como disse o senhor Presidente, e bem, há coisas que demora o seu tempo, tem a sua parte legal também que é importante falar.

Do Carvalho de Calvos, dizer-lhe que, tanto eu como o Dr. Paulo, o Dr. Paulo na parte ambiental, eu como parte do turismo, todos os anos tem-se recandidatado a árvore de Calvos, a árvore do ano. Evidentemente que há outros municípios também a fazerem o mesmo e, naturalmente, a nossa já teve boas pontuações, este ano foi até pelos vistos, a árvore do ano uma árvore aqui de Guimarães, vizinha, e dizer-lhe que às tantas, atualmente, não se gasta tanto é nessa promoção ou nas chamadas que podiam originar mais votos para determinada árvore. Estamos mais poupados, direcionando esses valores para coisas mais concretas.

Por último e não menos importante, fala-se muito em acidentes e acidentes rodoviários. Numa última reunião da CIM do Ave, na última ou penúltima reunião da CIM do Ave, o senhor comandante da sub-região do Ave deu números da sub-região, que são oito municípios. Eu vou deixar só aqui os registos, porque às vezes falámos que há muitos acidentes que é a estrada da morte e, enfim, Famalicão teve 585 acidentes rodoviários no ano passado, Guimarães teve 515, Fafe teve 222, e a Póvoa de Lanhoso teve 134, são sempre 134 a mais, como é evidente, mas daí até apontar as causas dos acidentes rodoviários para o estado da via é assim, algo que não é muito, falou-se aqui também nas vias rodoviárias e o Eng.º Pedro Afonso também falou, portanto, basicamente dizer que as nossas estatísticas não são assim tão negras e, basicamente, continuamos com uma estrada nacional 103 que sim, que gera ali alguns pontos negros, todos eles estão identificados, que não são da nossa responsabilidade, mas que, de facto, temos estado em parceria com o IP, mesmo até quando são situações que não nos dizem respeito, mas que a proteção civil apoia, nomeadamente, por exemplo, naquilo que é a distribuição de sal na via, que não só os nossos serviços o fizeram, mas também apoiaram os serviços do IP.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não foi respondido quanto ao ensino da capacidade de andar de bicicleta, parece-me que surgiu aqui alguns sorrisos, mas penso que todos sabem que faz parte das metas, é uma das medidas preconizadas pela estratégia nacional para a mobilidade ativa circulável. Além do mais, a capacidade de andar de bicicleta promove um estilo de vida

saudável e ativo, mas também uma consciência cívica e ambiental. Não me foi dito nada quanto a isto.

Quanto ao incentivo ao voto na nossa árvore centenária do Carvalho de Calvos, eu não referi, a minha intervenção, não foi no sentido de saber se ela é recandidatada ou não, isso eu já sei que é, e todos nós sabemos, a minha questão foi quais as diligências encetadas pelo executivo e penso que não nos interessa saber se fazem chamadas ou não fazem chamadas, que eu nem percebi muito bem, o que é que quis dizer? Não percebi muito bem, eu interessa-me saber, eu e os povoenses e também vou-me abster aqui de lhe enumerar as inúmeras vantagens, mas, é desde logo a promover a nossa identidade, o nosso património municipal, nem que seja arbóreo, deveria ser, desde logo um grande orgulho, mas em termos turísticos, em termos de consciência ambiental, o que isso representa, enfim.

Quanto à transição energética, dizer-se que efetivamente não é correto aquilo que foi aqui veiculado, porque foi feita uma intervenção na Escola Secundária dizer-lhe que é uma candidatura que vem do executivo anterior e foi apenas dada uma continuidade, reduzir também a transição energética a uma intervenção na substituição das caldeiras, que é apenas uma atividade de mera gestão caseira e que, evidentemente, teria de ser feita, reduzir a transição energética a isso, bem, vou-me abster de mais comentários, muito obrigada a todos e a todas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Deixar dois esclarecimentos muito breves, um deles, relacionado exatamente com as bicicletas. Não tive oportunidade, mas já tinha aqui o apontamento, como falou e muito bem, da estratégia da mobilidade, saberá também que, no âmbito dessa estratégia, está contemplada a entrega de kits nas escolas, em todas as escolas do segundo ciclo, relativamente àquela iniciativa denominada "Desporto Escolar Sobre Rodas", felizmente, os nossos dois agrupamentos foram contemplados, têm os equipamentos, têm os kits, depois as escolas vão dinamizando melhor ou pior o equipamento que têm. Sei que, por exemplo, a escola básica de Taíde faz um trabalho muito bom nesta área, até em parceria com a Associação de Tesouros do Ave, e nesse aspeto, esse desiderato, digamos assim, está a ser cumprido.

Também esclarecer aqui, dar aqui só uma nota relativamente àquilo que o Senhor Presidente já aqui partilhou connosco das mais quinze pessoas que beneficiaram do cartão Abem, de apoio à saúde nestes dois meses. Dizer que, no âmbito do cartão, a Associação Dignidade que coordena, digamos assim, tem alguns critérios definidos e que nós temos que cumprir para atribuição dos cartões, mas a nós, município, através da

delegação de competências, além desta possibilidade de apoiarmos as pessoas carenciadas através do cartão Abem, para benefícios na medicação, temos também agora a possibilidade e temo-lo feito com alguma regularidade, a necessária, a atribuição de apoios eventuais no âmbito da delegação da Saúde, temos essa faculdade agora, cabe-nos agora também fazer isso nesta área. Por isso, de facto, todas as pessoas que têm alguma necessidade nesta área são contempladas, são ajudadas, só para nos tranquilizarmos relativamente a essa preocupação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, eu queria mesmo só fazer alguns apontamentos relativamente à intervenção da senhora deputada Sónia Fernandes, começar pelo número de pessoas abrangidas pelo apoio ao medicamento. O Senhor Presidente, já esclareceu, não são quinze, mas sim mais quinze, eu acho que era interessante também fazermos aqui um comparativo relativamente a quantas pessoas eram abrangidas antes de 2021, e quantas são agora? A mesma questão relativamente, por exemplo, às bolsas atribuídas a estudantes, quantos eram abrangidos antes de 2021 e quantos serão agora?

E pensei que me iria falar também da gratuitidade das creches, embora não seja, uma medida da Câmara Municipal, é uma medida do Governo central, mas que abrange de forma transversal a nossa população e é uma excelente medida.

E depois, relativamente aos apontamentos que a senhora deputada aqui fez, é verdade que o investimento vinha do passado, assim como as caldeiras também vêm do executivo anterior e a obrigatoriedade, por exemplo, da intervenção das piscinas descobertas que perdiam milhões de litros de água anualmente, também surge devido à inoperância do executivo anterior e esta é uma realidade, e a senhora deputada falou aqui no uso das águas, são uma estratégia para o uso, uma estratégia para o consumo responsável deste recurso e eu concordo plenamente que se delineie uma estratégia, acho até que deveria ser implementado, por exemplo, uma campanha de fiscalização para tentar evitar ou erradicar por completo um problema relacionado com furtos de água. Aliás, esta é uma preocupação demonstrada, também, pela senhora deputada Fátima Alves. Lembro perfeitamente aquando da discussão da atualização das taxas de água. A senhora deputada na altura indicou essa como uma das soluções milagrosas para otimizar os custos com despesa de água. Não sei se continua a ter a mesma opinião, ou não, mas eu acho que deveríamos mesmo fazer um levantamento do trabalho efetuado nesse capítulo que diz respeito às contraordenações levantadas por furto de águas, no passado, e em cima desse trabalho, projetar uma estratégia para no futuro, conseguirmos a curto médio prazo, otimizar o uso, deste que é um recurso

fundamental, não sei se acompanha esta visão, mas acredito que ficaríamos todos a ganhar. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para dar uma nota final no tema da árvore, a árvore é um concurso que é anual. Nós submetemos, a Câmara Municipal submeteu o Carvalho de Calvos em 2022, e em 2023, uma plataforma onde qualquer cidadão podia votar e o que a Câmara Municipal fez foi promover esse mesmo link nas redes sociais do município, como faz com todas as outras temáticas para que as pessoas participem livremente, evidentemente que depois o município da Póvoa de Lanhoso há de ter determinado número de votantes, estas coisas de votar nas redes sociais é muito pelo número de amigos, e a estratégia é essa divulgar a plataforma e depois promover, para ser suficiente, depois há sempre aquela forma de se arranjar chamadas ou mais likes para que se consiga maior votação, mas nós não fizemos isso.

Dizer-lhe depois também e para rematar da parte das caldeiras, que é importante e eu percebo que causa sempre algum desconforto, mesmo até quando o deputado Pedro Silva fala de piscinas, que disse que nós, de facto, fizemos aquilo que não tinha sido feito e na parte das caldeiras foi rigorosamente a mesma coisa. Quando nós tomamos posse, aquela piscina tinha uma caldeira e meia a trabalhar sendo certo que eram caldeiras que tinham vinte anos e que estavam num tal estado que tiveram que ser rigorosamente trocadas. E isso custava quarenta e oito mil euros, à chegada, logo à chegada e, portanto, quando se fala disso é uma manutenção normal, não, é exatamente o contrário, foi a substituição total de um equipamento que não tinha nenhum tipo de manutenção. E esse é que é o problema e, portanto, aí ao gastar-se 48 mil euros, eu até direi, ao investir-se 48 mil euros, conseguimos ter as quatro caldeiras que são de nova geração e que poupam trinta por cento do gás que gastam e, portanto, há aqui uma poupança energética que é importante e que, naturalmente, refletindo ou somando também com a intervenção que fizemos das piscinas descobertas, gera aqui uma poupança de milhares de euros de gás e milhares de euros de água, também, o tal recurso que como a senhora deputada disse, e muito bem, que é finito, e que é importante ser poupado, nós poupamos mais de vinte milhões de litros de água. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto um da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2023, no âmbito da faculdade prevista no artigo 77.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Obrigado, Senhor Presidente, eu vou apresentar o ponto daqui para ser mais rápido, vamos tentar utilizar bem esses trinta minutos. Então explicar que, no ponto dois, o que se pretende é demonstrar a execução desta matéria propriamente dita, e a transição do saldo de gerência que todos os anos nesta Assembleia Municipal deve ocorrer por razões técnicas, portanto, quando aprovámos e aqui, já faço uma parte da explicação do ponto três, quando aprovámos em cada ano, o plano e Orçamento do ano seguinte, estamos sempre dependentes daquilo que vai ser o valor de transição do saldo de gerência que depois vai servir para completar o orçamento e reforçar determinadas rubricas que necessariamente quando o plano e orçamento é aprovado em novembro, ou dezembro do ano anterior. Rubricas que estão orçamentalmente deficitárias, eu diria inevitavelmente, propositadamente deficitárias, são depois completadas quando fazemos a transição do saldo de gerência que depende sempre em cada ano de qual será esse valor que influencia depois esse reforço, portanto, o ponto dois é disso que se trata.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, se me permitir face a intervenção aqui a partir da bancada, já foi informado também pelos serviços que, de facto, existe câmara, por isso, quem assiste em casa pode perfeitamente assistir à intervenção.

Conforme explanado na introdução do ponto, tratando-se o mapa de demonstração orçamental, de uma exigência legal necessária, à viabilização da introdução das alterações modificativas ao orçamento e grandes opções do plano para 2024. Como acabou de referir o Senhor Presidente, nomeadamente para permitir a incorporação do

saldo de gerência de 2023. O CDS, nada tem a opor, e votará favoravelmente o ponto sem qualquer objeção contra a proposta que sustenta e confiando ainda no total rigor técnico da demonstração de desempenho orçamental apresentada pela divisão financeira do município que suporta a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, de acordo com a proposta remetida e tendo em conta que o Orçamento de Estado para 2024 e na sua redação atual, a integração do saldo de gerência da execução orçamental por recurso a uma revisão orçamental, conforme vamos deliberar no ponto seguinte, conforme o Senhor Presidente referiu, temos como requisito esta aprovação dos mapas de demonstração de execução orçamental que nos são apresentados. Este procedimento irá permitir a integração de um saldo de gerência na ordem dos 3.5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 3 pontos percentuais em relação ao período homólogo.

Posto isto e verificados todos os pressupostos para a liberação deste ponto, o grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado e irá votar favoravelmente a presente proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto dois da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2023, no âmbito da faculdade prevista no artigo 77.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Portanto, neste ponto, tratámos no fundo, em linhas gerais, tratamos da distribuição destes cerca de três milhões e meio de euros pelas rubricas que entendemos, como já expliquei, sem repetir, que devem ser reforçadas relativamente ao orçamento que todos aprovámos no final do ano passado e, portanto, trata-se de rubricas que tem que ver com execução de fundos comunitários, de candidaturas de fundos comunitários de rubricas que têm que ver com a rubrica de pessoal com obras ou aquisição de matéria-prima, relativamente à atividade das nossas equipas no dia-a-dia, digamos assim, a assunção de compromissos que transitaram relativamente ao ano anterior, principalmente daqueles últimos dias do ano anterior e também um valor que diz respeito às cauções. Geralmente existe uma espécie de conta-corrente das cauções dos loteamentos, deste tipo de empreendimentos que, durante determinado período de tempo, devem ficar retidos nas contas do município até serem libertados se se verificar após determinado prazo que foram cumpridos todos os pressupostos. Portanto também transita juntamente com este saldo de gerência, um valor correspondente, a essa matéria.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em questão, entendemos que seria de todo o interesse até por forma a promover aqui o debate sobre algumas opções políticas a nível de investimento que no futuro fosse vertida na documentação apresentada, como nota explicativa, uma nota explicativa mais detalhada sobre os diversos projetos prioritários que carecem de investimento.

No que concerne à segunda alteração modificativo ao orçamento e grandes opções do plano para 2024, cumpre-me dizer que o CDS encontra-se inteirado das rubricas orçamentais a atualizar ou a incorporar, nada tem a opor nesta matéria e votará favoravelmente a proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A principal questão relativa ao saldo de gerência de gestão orçamental é saber qual é o saldo líquido que fica disponível para investimento, nomeadamente em infraestruturas novas ou para requalificação de infraestruturas, isto porque verificámos que o reforço significativo de verbas em rubricas genéricas, como aquisição de bens e serviço, ou

aquisição de bens de capital sem saber se isto se pode ou não traduzir em investimento em algum tipo de infraestruturas e se sim, se pode traduzir quais as infraestruturas em que se pensa intervir? Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado, eu posso esperar que chegue ao seu lugar. A resposta é simples e é relativamente curta. Como foi perceptível pela minha explicação, grande parte deste valor está comprometido, seja por compromissos que transitaram de 2023 para 2024, seja com base em cauções que têm que ser asseguradas e mantidas ao longo de determinado período por parte do município, seja, por exemplo, relativamente a despesa adicional com o pessoal. Dou-lhe só este exemplo quando aprovámos o nosso plano e orçamento em final de 2023, algumas medidas que têm que ver com as compensações e com as remunerações dos funcionários públicos não estavam ainda em vigor e não eram suscetíveis de serem previstas, portanto, tivemos de fazer uma revisão em sede de orçamento, de forma a completar o valor necessário para esta finalidade.

Nós estamos a falar de libertação de verba, tentando ir de encontro à sua pergunta, de libertação de verba que possa ser suscetível de ser traduzida em obra de cerca de oitocentos mil euros, sendo que grande parte deste valor vai ser usado para reforço da aquisição de matérias-primas que vão, digamos assim, alimentar as nossas equipas, portanto, dentro destes oitocentos mil euros, vamos poder executar a obra ou alimentar as nossas equipas, e dou-lhe um exemplo concreto, o exemplo de há bocado ponto cinco, o reforço que nós vamos ter que fazer do subsídio à Junta de Freguesia de Lanhoso relativamente ao cemitério, já é um reforço que necessita de sair destes oitocentos mil euros, portanto, é nesta linha, obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto três da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão do documento que consubstancia a**

estratégia local de habitação da Póvoa de Lanhoso, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal. E concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto que trazemos aqui é um ponto que já fomos abordando ao longo de algumas assembleias anteriores, a necessidade de revermos este documento, a estratégia local de habitação, já vos tinha dado conta que da consulta pública ao mercado, que fizemos, não resultou nenhuma aquisição prática, o que, de facto, depois, em termos do objetivo que tínhamos de aquisição e reabilitação de fogos prevista na primeira versão, não conseguimos cumprir essa metodologia e nesse sentido, urge mudar a metodologia para termos o número de fogos que necessitamos de acordo com as famílias que foram identificadas. Então esta revisão vai de encontro a essa necessidade no sentido de transformar os fogos que prevíamos adquirir e reabilitar, em construção de raiz. E nesse sentido, em termos muito concretos e simplistas, na página seis do documento, temos uma tabela que resume as principais alterações previstas nesta estratégia. Mantemos então a reabilitação dos bairros que já estava prevista na primeira versão da estratégia, dos bairros de Garfe e de Oliveira, e também aqui a reabilitação de cinco escolas primárias, de escolas do primeiro ciclo, isto é uma alteração, que serão também agora transformadas nesta revisão em habitação, falámos das escolas de Covelas, Friande, Geraz do Minho, Moure e São João de Rei.

Esta necessidade de olharmos para esta possibilidade de transformar-nos estas escolas em habitação social decorre também do facto de na primeira versão da estratégia local de habitação, as paróquias, a paróquia de Covelas que se candidatou, a Confraria de Nossa Senhora de Porto D'Ave e a paróquia de Oliveira, não terem sido entidades elegíveis no âmbito da estratégia e, por isso, as soluções que tinham e as famílias que estavam identificadas para essas soluções não estão contempladas e então tivemos necessidade de encontrar outra forma de encontrar outras soluções para também acomodar estas famílias em outras soluções daí então, de alguma forma, estarmos aqui a compensar o facto de estas três instituições não serem elegíveis com intervenção nestas escolas primárias.

E assim temos 20 fogos que serão reabilitados. Os 20 fogos correspondem, como disse, às intervenções nestas cinco escolas e aos bairros sociais de Garfe e de Oliveira, sendo que os bairros sociais de Garfe e de Oliveira já estão no acordo que está subscrito com o IHRU. Depois também na tabela, deixamos aqui margem para a possibilidade de adquirir dois prédios ainda sem nada no horizonte, em termos de definição, é apenas uma mera abertura, digamos assim, de possibilidade na aprovação deste novo instrumento, desta nova estratégia local de habitação.

Também em termos das construções de raiz, agora sim, nós tínhamos no primeiro documento, na primeira estratégia prevista a construção de 36 fogos e esses temos já condições de avançar com a construção, porque o acordo já está feito com o IHRU nesse sentido, só que agora como temos que transformar aquilo que eram aquisições e reabilitações em construção de raiz, temos que alterar aqui a estratégia e aparece um número de 64, estes 64 corresponde então aquilo que era previsível na anterior de construção e também da aquisição e reabilitação. Prevemos na estratégia, então construir 36, já no Bobeiro, mais 2 que depois vão resultar do acordo desta nova estratégia e depois, em Monsul mais 26.

Depois ao nível das juntas de freguesia, Covelas com um fogo, também há aqui uma alteração ao nível da União de Freguesias de Esperança e Brunhais que, na primeira versão da estratégia, o edifício que tinha propunha-se para 2 fogos e agora perceberam e percebemos que pode acomodar 4 fogos e há aqui então também uma revisão nesse sentido. E também a reabilitação de 2 fogos na União de freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, e esta também já está aprovada e já está contemplada no acordo com o IHRU que temos já assinado.

Nesse sentido, nós aqui ao nível das alterações, propomos basicamente estas alterações que eu vos propus. Isto resulta em mais 2 fogos relativamente àquilo que estava na primeira versão da estratégia, como já aqui partilhei convosco, nós sabemos, temos aqui os prazos apertados, porque sabemos que as candidaturas que são submetidas até 31 de março têm garantia de ter um financiamento a 100% e aquelas que forem para além de 31 de março, podem ter ou não, daí a nossa corrida contra o tempo nesta matéria. Neste momento, nós estamos em condições e estamos a preparar a submissão já da candidatura dos 36 fogos que vamos construir de raiz, estamos já no deadline da sua submissão. Hoje já submetemos várias candidaturas de beneficiários diretos, não disse, mas os beneficiários diretos não há qualquer alteração, mantemos a proposta que estava inicial, e estamos já a trabalhar nas propostas, quer dos bairros de Garfe e de Oliveira, quer também, na proposta para a construção dos fogos em Monsul. Estamos aqui a fazer este trabalho em simultâneo, no sentido de conseguirmos, de facto, cumprir o tempo que é bastante apertado, mas estamos e isso agradeço, também, a disponibilidade das juntas de freguesia numa reunião que tivemos para também nos ajudarem a encontrar aqui as soluções nas suas freguesias e foram também umas parceiras ativas neste processo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, agradecendo desde já a explicação dada pela Senhora Vice-Presidente Dra. Fátima Moreira, relativamente ao ponto em questão que respeita à revisão do documento que consubstancia a estratégia local de habitação do município da Póvoa de Lanhoso. Começo por dizer que o CDS-PP se encontra inteirado das principais alterações a introduzir no documento inicial, vendo ainda com especial agrado o reforço da oferta. Desejamos ainda que as necessárias dotações financeiras a transferir pelo Estado no âmbito do PRR não sofram de entraves e imprevistos que, infelizmente, têm vindo a ser frequentes na execução do próprio PRR, como todos sabemos, pelo facto de este ser o principal mecanismo público à disposição para debelar o flagelo da falta de habitação generalizado no país e ao qual a Póvoa de Lanhoso não escapa. E em coerência com a nossa votação inicial do documento, votaremos favoravelmente a proposta.

Nesta matéria e porque a gravidade da falta de habitação assume dimensões, nunca antes vistas, importa colocar duas questões essenciais que, para o CDS-PP se revelam como fulcrais em todo este processo. A primeira prende-se com o savoir-faire nesta matéria. É que, como todos ouvimos falar esta semana nos noticiários do quão escassa é a materialização destas estratégias por todo o país torna-se difícil perspetivar quando serão, de facto, implementadas as medidas que poderão dar resposta às necessidades da população. Pelo que lhe pergunto, Senhor Presidente, a praticamente um ano e meio de terminarmos o mandato que nos foi confiado pelos povoenses, quantas habitações deixaremos como legado da nossa disponibilidade para servir a causa pública? Consegue perspetivar um número real de habitações disponíveis até ao final do presente mandato? Esta é a primeira pergunta. Quais são as metas tangíveis que o executivo ambiciona nesta matéria?

A segunda questão prende-se com uma parte da estratégia local de habitação que não estando sob a alçada direta, é certo, e responsabilidade do município, tem nele o principal interlocutor de operacionalização, numa política que se pretende eficiente e de célere operacionalização não só pela extrema necessidade de habitação, como também para evitar o desperdício e eventual devolução de verbas do PRR e refiro-me concretamente aos beneficiários diretos que a senhora Vice-Presidente acabou de mencionar, ou seja, aos particulares que pretendiam melhorar as condições das suas habitações e que tinham na atenção dada ao assunto pela Câmara Municipal o seu principal garante e parceiro de obtenção de verbas a fundo perdido através da submissão das candidaturas que a senhora Vice-Presidente acabou de referir. A pergunta que coloco, senhor Presidente, dado que, no documento atual se preveem 80 respostas associadas a beneficiários diretos, quantas candidaturas serão efetivamente materializadas até ao término do prazo da primeira fase de candidaturas, que é já no próximo dia 31 março? Que número é que estimam conseguir ver materializado nessas candidaturas? Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como todos sabemos, a estratégia local de habitação é algo muito importante para o nosso concelho, mas também para todo o país, pois já sabemos que será um mecanismo que irá permitir resolver os problemas habitacionais de quem não tem os meios necessários financeiros para as ultrapassar e fazendo uso dos fundos provenientes do plano de recuperação e resiliência, sendo certo que se as candidaturas forem submetidas até ao próximo dia 31 de março poderão contar com um grau de comparticipação de 100%. Como é evidente, é uma oportunidade a não perder e desejamos afincadamente que o município da Póvoa de Lanhoso e todos os beneficiários diretos sejam bem-sucedidos na aplicação destes fundos.

Como sabem, aprovámos a estratégia local de habitação a 28 de fevereiro de 2022, com base no diagnóstico que, à data, tinha sido feito, previa o apoio a cento e setenta e uma famílias, como a senhora vereadora já aqui referiu e que tínhamos um valor de orçamento na ordem dos dezasseis milhões de euros em números redondos, com a condição obrigatória de que estes fogos estejam concluídos até junho de 2026. Nessa altura, na altura em que aprovamos a estratégia local de habitação, a Dra. Fátima deu boa nota que a estratégia local de habitação não era um documento fechado e, como tal, poderia ter que ser revisto, se tal se mostrasse necessário. E assim se mostrou e cumpre-nos então deliberar sobre o mesmo.

Como a senhora vereadora já o disse, passaremos de 171 famílias abrangidas para 173 e, portanto, e também com agrado que registamos que serão supridas as necessidades, a mais duas famílias. Por outro lado, também verificamos com agrado que a inelegibilidade da paróquia de Covelas, da Confraria da Nossa Senhora de Porto D'Ave e da paróquia de Oliveira, não constituíram um entrave para que essas situações de precariedade sejam resolvidas, tendo o município tomado para si essas candidaturas. Assim, vemos nesta alteração o município como promotor de 86 fogos num valor global que ronda os nove milhões, quinhentos e vinte seis mil euros. Vemos também a freguesia de Covelas, a União de Freguesias de Esperança e Brunhais e a União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira com a promoção de sete fogos num total de seiscentos e vinte e um mil euros. E temos ainda os beneficiários diretos que quer a senhora vereadora quer o deputado Pedro Afonso já aqui referiram que são oitenta, num total de nove milhões setecentos e sessenta e oito mil, portanto, no fundo, nesta alteração, se não me equívoco estamos a passar de quinze milhões, setecentos e trinta e sete mil euros para um valor global de dezanove milhões, novecentos e quinze mil euros e referente a cento e setenta e três habitações, o que dá um valor médio mais ou menos de cento e quinze mil euros. Portanto, esta alteração, também, do que é possível verificar do documento,

está consubstanciado também no aumento dos custos que se foram verificando e que houve a necessidade de revisão das estimativas orçamentais que se basearam neste caso, o diagnóstico e a estratégia local de 2022. Decorreram dois anos, desde a sua aprovação, teremos até 31 de março, o prazo para a primeira fase de submissão de candidaturas e teremos também até junho de 2026 para conseguir concretizar estes cerca de vinte milhões de euros em cento e setenta e três habitações. Sabemos que é um objetivo difícil, muito difícil e portanto, estamos totalmente solidários com o município nesta dificuldade, que representa a implementação da estratégia local de habitação. Queria-lhe lançar apenas uma pergunta, senhora vereadora, até ao próximo dia 31 de março, que é a primeira fase, qual é a taxa de concretização que se antevê face ao universo de cento e setenta e três famílias abrangidas? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, para agradecer a explicação dada pela senhora vereadora, das alterações implementadas, de forma clara e que esvazia aqui também um bocadinho algumas dúvidas que pudessem surgir.

Acolhemos, naturalmente, com agrado o aumento da oferta na habitação, num momento bastante complicado nesta área em Portugal, mas também na Europa, não só em Portugal, este projeto resolve ou ameniza aqui um problema que permite conferir habitações dignas a quem tem menos condições e, portanto, esta estratégia local de habitação é um dossier de extrema importância. É um dossier que deve ser conduzido com o máximo de rigor e empenho, características às quais este executivo também já nos tem habituado e, portanto, sentimo-nos naturalmente descansados.

Posto isto, o Partido Socialista considera-se inteirado e votará, naturalmente, a favor. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à vereadora Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Pedro Afonso, relativamente às metas para este mandato, nós temos, pelo menos, que nos comprometer com aquilo que já temos validado no acordo com o IHRU, o que já está assinado desde dezembro de 2022. Que são exatamente as 36 construções, a reformulação dos dois bairros, os beneficiários diretos e as intervenções que cabem às juntas de freguesia. Tudo o resto vai carecer, de agora, da nova aprovação

desta estratégia e de um novo acordo, por isso o que nos podemos comprometer é aquilo que já está assinado, que é isto que eu acabei de dizer, certo? A necessidade de revermos esta estratégia neste tempo, é para conseguirmos um novo acordo assinado com o IHRU para depois com base nesse acordo, podermos submeter essas outras candidaturas. O que nos podemos comprometer, de facto já, claramente é aquilo que está no acordo, isso sim, só vai depender de nós em termos da submissão das candidaturas, o resto, vai depender de nós também, mas vai depender também da ação do IHRU no sentido de nos aprovarem esta revisão e de nos permitir a assinatura de um novo acordo. Certo?

As metas, todos sabemos que estão definidas no PRR, é que temos que entregar as chaves até junho de 2026, todos sabemos isso, e as metas são difíceis, são apertadas e ainda mais quadro carecem de revisões e de assinaturas de um novo acordo, neste caso, com o IHRU. O que é que nos comprometemos a fazer até março, como eu já disse, estamos já em fase de submissão dos 36 fogos no Bobeiro em Fontarcada. Estamos em fase de preparação das candidaturas dos dois bairros, do bairro Social de Garfe e o bairro Social de Oliveira, no âmbito das reabilitações, porque são aqueles que já temos o acordo firmado. E estamos em condições também de agora com este documento aprovado junto do IHRU tentar de alguma forma, criar alguma pressão para o quanto antes aprovarem este documento e termos um novo acordo para assinar, isso vamos ter que o fazer, também, aqui agir em várias dimensões.

Relativamente aos beneficiários diretos hoje já submetemos oito candidaturas, nós fizemos um trabalho no âmbito das freguesias, junto com os senhores Presidentes de Junta nas redes sociais, da divulgação das possibilidades das famílias virem preparar as suas próprias candidaturas com o nosso apoio. Temos uma equipa só a fazer esse trabalho, direcionada para esse trabalho. São processos difíceis, porque temos muitas situações de regularizações que não são simples, não são fáceis e organizar os processos de às vezes situações que nós consideramos que até tinham e têm necessidade de ter uma intervenção e de reabilitação. São processos complicados, porque depois falham documentos, falham documentos de base, desde logo os documentos de propriedade e outros e não são processos muito fáceis em algumas situações. Agora todos aqueles que estamos a receber e que têm matéria e capacidade de ser submetidos, estamos a dar todo esse apoio e estamos a concretizar esse apoio. Chegar aos oitenta vai ser muito difícil, é verdade que nós no nosso acordo, temos a possibilidade de submeter até oitenta candidaturas no âmbito dos beneficiários diretos, mas e devo-vos dizer que nós no município da Póvoa de Lanhoso, até somos os que estamos a ter em termos de submissão de candidaturas de beneficiários diretos, um maior número de candidaturas porque há muitos municípios que não apostaram nesta área, nem sequer os beneficiários também apostaram muito nesta área. Nós, de facto, estamos com este trabalho e até estamos com alguns resultados. Chegar aos oitenta e eu acredito que não vai ser fácil, porque estamos a ver as dificuldades que são de organizar os processos e

também é verdade que não chegaram até nós também oitenta beneficiários com esta vontade. Todos têm tido o atendimento necessário, todos têm tido o acompanhamento necessário. Os processos que são possíveis de organizar estão a ser organizados. A equipa continua a acompanhar as famílias e os beneficiários diretos e estamos de facto empenhados, e a equipa está empenhada em fazer este trabalho. Neste momento, eu acredito que podemos ter condições até final de março de chegar às vinte e tal submissões, um pouco mais de 20 processos submetidos de beneficiários diretos.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto quatro da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão do documento que consubstancia a estratégia local de habitação da Póvoa de Lanhoso, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou de imediato ao quinto e último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para aditamento ao contrato interadministrativo, celebrado com a Junta de Freguesia de Lanhoso.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto já foi apresentado duas vezes hoje, até porque já falei dele duas vezes, mas podemos correr sempre o risco de ter alguém que não tenha assistido a esses dois momentos e portanto explicar o seguinte.

A Câmara Municipal celebrou um acordo via contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Lanhoso, tendo em vista o alargamento do cemitério da Freguesia de Lanhoso. O valor inicialmente estimado de 180 mil euros, revelou-se como sendo insuficiente por força do surgimento de um afloramento rochoso que exigiu uma intervenção mais profunda, diferente e mais profunda, do que aquela que estava prevista inicialmente e, portanto, esta junta de freguesia, via ofício datado de 9 de fevereiro de 2024, contactou a Câmara Municipal, mencionando a necessidade de reforço de verba, fazendo também acompanhar esse ofício, dos valores de vinte cinco mil euros e de dezoito mil e quinze euros e sessenta e oito cêntimos, respetivamente e, portanto, estamos a falar de um reforço de verba de quarenta e cinco mil quinhentos e noventa e seis euros e sessenta e dois cêntimos que a Câmara Municipal, claro está, não poderia deixar de encontrar uma solução para que a Junta de Freguesia não ficasse também sem solução e, portanto, no constrangimento de não conseguir concluir a obra,

portanto, encontramos esta solução e propusemos em reunião de câmara, foi aprovado, propomos à Assembleia Municipal, e senhor Presidente, a apresentação do ponto está feita.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em questão, como já foi aqui introduzido pelo senhor Presidente, o propósito a que o aditamento se destina e ainda o motivo que originou o aditamento. Cumpre-me dizer que o CDS-PP se encontra inteirado do teor da proposta e votará favoravelmente o ponto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, como bem sabemos, os cemitérios desempenham um papel significativo na gestão sanitária, cultural ou crente no seio de uma comunidade, principalmente numa sociedade como a do nosso concelho. É por demais evidente de que há uma relação intrínseca entre saúde pública e cemitérios em diversas áreas, cemitérios bem geridos, pensados, planeados adequadamente e atempadamente, são essenciais para prevenir a propagação de doenças, evitar a contaminação do solo e das águas subterrâneas. Além disso, a gestão adequada dos resíduos biológicos nos cemitérios, é essencial para proteger a saúde pública e o meio ambiente.

Outro aspeto não menos importante é o papel dos cemitérios na saúde mental e bem-estar das nossas comunidades. Esses espaços proporcionam um local para o luto e reflexão, ajudando as pessoas a lidar com a perda e a promover a resiliência emocional. É a pensar em todos estes aspetos, prioridades e abrangência que a política deste executivo, desde que tomou posse, fazer face a vários pedidos dos senhores e das senhoras Presidentes de Junta de Freguesia na melhoria, ampliação e construção de cemitérios nas suas freguesias, não arrastando a decisão, melhor dizendo, não empurrando com a barriga a execução desses pedidos.

Ora vejamos, Sobradelo da Goma 49.668,72€, este contrato, apesar de ter sido efetuado pelo executivo anterior, foi pago em 2022; Calvos e Frades 26.490,38€; Monsul 29.680,00€; Lanhoso, 225.596,72€, incluindo o valor a aprovar por esta Assembleia;

Campos e Louredo 86.385,64€, dos quais 84.908,00€ pela Câmara Municipal e 1.467,64€ pela Junta de Freguesia. Tudo isto totalizado, dá um total de 416.343,72 €.

Posto isto e porque se trata de um benefício para uma comunidade, neste caso habitantes da freguesia de Lanhoso, o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Naturalmente que estamos inteirados sobre o ponto em análise, chamo aqui a atenção para uma particularidade. A primeira adjudicação foi de cento e quarenta e nove mil, havendo agora esta necessidade exige que seja feito um concurso público. É fundamental que o município aqui dê colaboração e que apoie a Junta de freguesia com a tramitação processual a seguir que seja obrigatoriamente um concurso público.

Percebemos a necessidade, são trabalhos complementares que foram à medida que iam executando a obra, depararam-se com a situação que, naturalmente exige um reforço financeiro agora como o procedimento inicial, andou na consulta pública, obrigatoriamente, terá que ser um concurso público para poderem executar este tipo de serviço, por isso estamos inteirados, deixamos só este registo e votaremos favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só um à parte, porque senão ninguém percebe aquilo que estivemos a dizer. A Câmara Municipal apoia sempre as juntas de freguesia nestes procedimentos, sempre, portanto, as juntas de freguesia não têm os meios técnicos necessários para poder levar a cabo estes procedimentos e a Câmara apoia sempre estes procedimentos, isso não está em causa.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto cinco, colocando-o a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aditamento ao contrato interadministrativo, celebrado com a Junta de Freguesia de Lanhoso.

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a aprovação da ata em minuta, para imediata eficácia das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão desejando a todos uma boa noite.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.